

Réus da Lava Jato temem o efeito dominó

Temer e Lula incitam

Senado a afrontar STF

para preservar Aécio

HORA DO POVO
ANO XXVII - Nº 3.575 29 de Setembro a 3 de Outubro de 2017

1 REAL BRASIL
Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Nada mais igual a bandido do PSDB do que bandido do PMDB e do PT

Bastou o STF tomar uma providência em relação à indecorosa impunidade de Aécio Neves – gravado enquanto pedia R\$ 2 milhões ao Joesley da JBS –, afastando-o do Senado e determinando, de acordo com o Código de Processo Penal, o seu recolhimento noturno à própria casa, que PT, PMDB e PSDB saíram a campo para

desrespeitar a Justiça. Temer convocou uma reunião para “salvar Aécio”. A Executiva do PT emitiu nota, depois de consultar Lula, dizendo que “o Senado Federal precisa repelir essa violação de sua autonomia”. Todos com medo de que lhes aconteça o mesmo que com Aécio, pois são culpados de coisas não muito diferentes (aliás, coisas bem iguais). **P. 3**



Reprodução

Palocci: “Até quando vamos fingir que tudo é culpa da Dona Marisa?”

“Acompanhei de perto a evolução da nossa deterioração moral”, diz, em carta ao PT

Tânia Rêgo - ABr



Pré-presidiário que ganhou foro privilegiado, Moreira comemora a negociata

Governo entrega à Exxon poço na franja do pré-sal

Em leilão realizado nesta terça-feira, a ExxonMobil, em associação com a Petrobrás, adquiriu um campo de petróleo na chamada “franja do pré-sal”, na Bacia de Campos. Fernando Siqueira, vice-presidente da Aepet (Associação

dos Engenheiros da Petrobrás), denunciou que algumas áreas leiloadas “já são áreas do pré-sal”. Segundo Pedro Parente, o consórcio formado pela estatal junto com a múltipla americana fez uma oferta elevada no leilão desta terça

- R\$ 2,24 bilhões - por um dos campos, “justamente porque há indícios de pré-sal nesses blocos”. A Aepet vai se somar ao conjunto do movimento sindical para impedir a entrega criminosa do pré-sal no 2º e 3º leilão em outubro. **Página 2**

Na carta, o ex-homem de confiança de Lula, Antônio Palocci, pede desfiliação do PT e destaca: “acompanhei de perto a evolução da nossa deterioração moral”. “Um dia, Dilma e Gabrielli dirão a perplexidade que tomou conta de nós após a fatídica reunião na

biblioteca do Alvorada, onde Lula encomendou as sondas e as propinas, no mesmo tom, sem cerimônias, na cena mais chocante que presenciei do desmonte moral da mais expressiva liderança popular que o país construiu em toda nossa história”. **Página 3**

“Confundir medida cautelar com prisão é malandragem jurídica”, denuncia Randolfe



“Estão confundindo medida cautelar diversa à prisão, prevista no Código de Processo Penal, diferente da prisão, na Constituição. É uma malandragem jurídica para tentar subverter o ordenamento jurídico”, declarou o senador, sobre o charivari do PMDB, PT e PSDB para livrar Aécio. **P. 3**

Senado tira dinheiro da saúde e educação e dá para partidos corruptos usarem nas eleições

Segundo senadores contrários ao projeto, foi aprovado um cheque em branco - pois não

tem limite - e pode destinar de R\$ 1,7 bilhão a mais de R\$ 4 bilhões para eleger corruptos. **P. 3**

Para Gorilão, Brasil não dá certo porque o povo não tem categoria

“Nós carregamos, dentro de cada um, uma herança cultural tripla. Temos a herança cultural ibérica, que é a do privilégio e a da sinecura: todo mundo quer se dar bem. Temos a herança cultural indígena, que é a da indolência, é o índio deitado na rede e a mulher cavando lá, carregando o filho. E temos a herança cultural africana, que é a da magia - ‘vai dar certo, vai dar tudo certo’ -, a maledmolência, o samba, ‘nós somos melhor’, a embaixadinha. Nós temos que romper esse ciclo. Essa é a realidade”.

É duro saber que o Exército pagou os estudos dessa besta para ouvi-lo dizer tamanhas sandices sobre os heróis de Guararapes: André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão e Henrique Dias. **AFP**

Ciro diz que, se eleito, revogará todas medidas de Michel Temer

O pré-candidato do PDT à presidência da República, ex-ministro Ciro Gomes, afirmou que revogará as “reformas” do atual governo, caso seja eleito no ano que vem. “Todas as reformas que Temer fizer têm uma ferida de origem, que é a ilegitimidade”, disse. **Página 3**

Jogadores desafiam Trump e protesto se espalha pelos jogos

As manifestações antirracistas se estenderam a mais equipes de futebol e chegaram ao basquete (NBA), ba-

seball e inclusive a artistas como Steve Wonder depois que Trump xingou os jogadores e exigiu demissões. **P. 7**

Macri quer entregar o ouro ao bandido

Anunciou que vai transferir a reserva de ouro do país para

a Inglaterra, que ocupa parte do território argentino. **Pág. 8**



Jogadores tocam um joelho no chão durante o hino. Gesto virou símbolo do protesto

Greve nos Correios ganha adesão do Rio e S. Paulo

Meirelles da JBS festeja “sucesso” da entrega da Cemig aos estrangeiros

O ex-presidente do conselho consultivo da JBS, Henrique Meirelles – atual ministro da Fazenda de Temer – comemorou no Twitter o “sucesso” do leilão que promoveu a privatização das usinas hidrelétricas de São Simão, Jaguará, Miranda e Volta Grande, até então patrimônio público de Minas Gerais.

Para o banqueiro, o leilão foi um “sucesso” e “confirma a trajetória de recuperação econômica do país”. O governo arrecadou miserios R\$ 12,13 bilhões pelas usinas que apenas de investimentos receberam mais de R\$ 18 bilhões nos últimos anos. Mas nem por isso deixou de considerar um “sucesso”, já que está entregando o patrimônio público a preço de banana para pagar juros aos bancos.

Ansioso, Meirelles afirmou que outros leilões vão ocorrer nos próximos meses para “modernizar os serviços no país”. Dentre eles, citou o criminoso leilão dos blocos de exploração do pré-sal, marcado para dia 27 de outubro.

Câmara dos Deputados aprova foro privilegiado para ministro “Angorá”

A Câmara dos Deputados aprovou na noite de terça-feira (26) a medida provisória (MP 782/17) que dá foro privilegiado a Moreira Franco, denunciado por organização criminosa e obstrução da Justiça pelo ex-procurador-geral da República, Rodrigo Janot.

A votação na Câmara não foi tranquila para Temer e Moreira Franco. A MP passou com uma diferença de apenas 5 votos - 203 votos contra 198 - e quase Moreira Franco perde o foro.

Michel Temer catapultou Moreira Franco para a Secretaria-Geral da Presidência da República, para dar prerrogativa de foro privilegiado junto ao Supremo Tribunal Federal (STF) e livrá-lo do juiz Sérgio Moro. Temer editou a MP 782 dando status de ministério à Secretaria-Geral da Presidência da República e, consequentemente, a Moreira Franco.

A MP faz outras alterações na estrutura administrativa do Poder Executivo, mas o objetivo principal dela é blindar um investigado também pela Lava Jato. Na planilha da Odebrecht Moreira Franco tem o codinome “An-



Meirelles

Moreira Franco

gorá” e recebeu R\$ 7 milhões do departamento de propina da empreiteira. Seu colega da Casa Civil, Eliseu Padilha, recebeu R\$ 6,3 milhões da empreiteira. Nas planilhas, Padilha é identificado por três codinomes: “Fodão”, “Primo” e “Bicuíra”.

Temer revogou uma MP em maio sobre o mesmo tema dois dias antes dela expirar e editou no MP para garantir status de ministro a Moreira Franco. Janot e líderes de partidos foram ao STF questionar a medida, pois uma MP rejeitada ou perdida a validade não pode ser reeditada na mesma sessão legislativa. O STF ainda não analisou o questionamento.

Aldo Rebelo se filia ao PSB

O ex-ministro e ex-presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, filiou-se ao PSB na terça-feira (26). Após 40 anos de militância no PCdoB, Rebelo anunciou seu

desligamento da legenda em agosto e divulgou um manifesto. Além de ex-presidente Câmara dos Deputados, ele foi ministro nos governos Lula e Dilma.

Múlti americana em associação com a Petrobrás leva “franja do pré-sal” no 14º leilão da ANP

Exxon avança sobre pré-sal com aval de Pedro Parente



Para Siqueira (ao lado), “objetivo da quadrilha que se apossou do Palácio do Planalto é entregar todo o pré-sal ao cartel internacional”. Abaixo, manifestantes ocuparam o local contra o leilão



Fernando Siqueira, vice-presidente da Aepet, alerta para a 2ª e 3ª rodadas do pré-sal em outubro: “Vamos impedir essa entrega criminosa do nosso pré-sal”

O vice-presidente da Associação dos Engenheiros da Petrobrás (Aepet), Fernando Siqueira, afirmou em entrevista ao HP, que a entrega de áreas do pré-sal para o cartel internacional do petróleo pelo atual presidente da Petrobrás, Pedro Parente, faz parte do desmonte da estatal e da capacidade da empresa de garantir a produção petrolífera brasileira. Em leilão realizado nesta terça-feira (27), a ExxonMobil, em associação com a Petrobrás, adquiriu um campo de petróleo na chamada “franja do pré-sal”, na Bacia de Campos.

Fernando denunciou que algumas áreas leiloadas nesta terça-feira “já são áreas do pré-sal”, apesar do governo dizer que o leilão do pré-sal propriamente dito será somente no final de outubro. “A quadrilha que se apossou do Palácio do Planalto tem como objetivo entregar o petróleo brasileiro para o cartel internacional”, disse ele. “Os países desenvolvidos dependem do petróleo, não têm reservas e têm uma insegurança energética brutal. Os EUA, que dos países desenvolvidos é o que tem maior reserva, têm 30 bilhões de barris em sua reserva, na verdade 40 bilhões se você considerar o gás de xisto, e consome 10 bilhões por ano. Então em quatro anos, o país morreria sem petróleo”, informou.

Siqueira conclamou todos os brasileiros a se mobilizarem para barrar o leilão do pré-sal que está marcado para o dia 27 de outubro no Rio de Janeiro. “Vamos nos somar ao conjunto do movimento sindical que já está se mobilizando para impedir essa entrega criminosa do nosso pré-sal”, disse ele. O sindicalista lembrou que a participação das multinacionais neste leilão de agora “ainda foi pequena”, apesar de já terem entregue a franja do pré-sal para a ExxonMobil. “Eles estão interessados mesmo é em participar dos leilões dos nossos campos no pré-sal”, denunciou. “Das 71 áreas ofertadas hoje, somente uma foi vendida”, ponderou Fernando.

“É a ganância por petróleo e a falta de reservas estratégicas por parte dos países hegemônicos que fez com que os EUA tenham invadido o Iraque, a Líbia e tenham colocado aqui a IV Frota Naval quando o pré-sal foi descoberto”, denunciou. Ele lembrou que ela veio para o Atlântico Sul, “que só tem o Brasil e a Argentina”. “Como a Argentina já tinha desnacionalizado o seu petróleo, o que eles vieram fazer aqui foi pressionar o Brasil a entregar o seu petróleo”, afirmou o engenheiro, ao comentar, tanto a decisão do governo Dilma de leiloar o campo de Libra em 2013, quanto a decisão agora do governo Temer de entregar todo o resto do pré-sal.

Pedro Parente confessou que o consórcio formado pela estatal junto com a multinacional americana ExxonMobil fez uma oferta elevada no leilão desta terça - R\$ 2,24 bilhões - por um dos campos, “justamente porque há indícios de pré-sal nesses blocos”, disse ele. “Vocês têm que lembrar que a Petrobrás é a empresa que mais detém o conjunto de informações sobre o offshore brasileiro. Portanto, vocês haverão de convir que não pagaríamos o valor que pagamos se não tivéssemos informações que demonstram que isso vale”, disse Parente. Pela fala de Parente, tudo indica que será a Petrobrás a entrar com a maior parte do dinheiro do “consórcio”

com a ExxonMobil em que as duas têm 50% das ações cada uma.

Fernando afirmou ainda que “eles estão consumando a destruição da nossa indústria do petróleo”. Ele lembrou que o tucano José Serra já havia prometido à Chevron em 2010 a entrega do petróleo brasileiro. Depois de eleito senador, ele fez o projeto tirando da Petrobrás a condição de operadora única do pré-sal. O projeto Serra foi aprovado no Senado com o apoio do governo Dilma. “Então, agora não tem obrigação nenhuma da Petrobrás concorrer no pré-sal”, disse Fernando. “Parente está lá para sabotar a Petrobrás. Ele vendeu 66% da participação da Petrobrás no campo de Carcará, que representa 2 bilhões de barris, por 2,5 bilhões de dólares, ou seja, 1,25 dólares o barril. Uma verdadeira doação do campo para a estatal norueguesa Statoil”, denunciou.

CARCARÁ

O engenheiro e diretor da Aepet, ainda acrescentou que o campo de Carcará “não é o maior, mas é o melhor campo do pré-sal, porque ele tem uma pressão maior que os outros e, então, ele gera uma economia enorme pelo fato de você ter que injetar menos água e gás para recuperar a pressão durante a produção”. “O campo de Carcará vai produzir durante dez anos sem essa necessidade e tem uma reserva de três bilhões de barris”, acrescentou. Ele alertou que, certamente, “a participação da Petrobrás neste atual leilão, sob a direção de Pedro Parente, será para vender depois sua participação para os sócios estrangeiros”.

Para Fernando, “Pedro Parente já causou grandes prejuízos no passado à Petrobrás e, agora, ele foi colocado à frente da estatal novamente com a única missão de completar o serviço iniciado no final da década de 90 e início de 2000. Ou seja, fatiá-la e destruí-la, além de entregar o pré-sal para o cartel do petróleo”, denunciou. “Este leilão faz parte desse processo”, alertou Fernando. “Ele já vendeu a empresa distribuidora de gás, a Gaspetro, vendeu a Liquegás. Vendeu os gasodutos, etc.

Ele vendeu a empresa de gás para a Mitsui, que foi citada pela Operação Lava Jato e, em vez de ser considerada impedida pelo governo brasileiro, ela recebeu uma empresa estratégica que é a de distribuição de gás, pela metade do preço”, denunciou Siqueira. O engenheiro assinalou que dois geólogos PHDs da UERJ estimaram as reservas do pré-sal em 176 e 280 bilhões de barris de petróleo. “É esse patrimônio todo que vai ser entregue de mão beijada para o capital internacional”, denunciou Fernando Siqueira.

Confirmando os propósitos de Parente de enfraquecer a Petrobrás e entregar praticamente todo o pré-sal para o cartel internacional do petróleo, o lobista Adriano Pires, comemorou o leilão de hoje dizendo que “foi só o aperitivo”. “Nesse leilão a grande estrela não foi a Petrobrás, mas a volta da ExxonMobil”, afirmou o lobista de multinacionais. O governo Temer também comemorou a presença da ExxonMobil no leilão desta terça-feira. Temer disse que isso representa que as empresas estrangeiras estão muito satisfeitas com suas medidas de entrega a preço de banana do patrimônio nacional.

SÉRGIO CRUZ

Bancada mineira rechaça privatização da Cemig: “governo só pensa em bancos”

A direção da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) afirmou que vai recorrer contra o leilão das usinas de São Simão, Jaraguá, Volta Grande e Miranda – todas transferidas a companhias estrangeiras na quarta-feira (27). No leilão realizado na sede da Bovespa em São Paulo, a chinesa Pacific Hydro, do grupo State Power Investment, arrematou a concessão por 30 anos da maior das usinas, a São Simão, por R\$ 7,18 bilhões. A francesa Engie ficou com a Jaguará, por R\$ 2,171 bilhões e a Miranda, por R\$ 1,36 bilhão. A italiana Enel arrematou a usina de Volta Grande, por R\$ 1,42 bilhão. As quatro usinas juntas têm capacidade de gerar 2.922 Megawatts de energia.

A reação contra a privatização das hidrelétricas responsáveis pela geração de 50% da energia do estado foi dura também na Câmara dos Deputados. O vice-presidente da Casa e coordenador da bancada mineira, deputado Fábio Ramalho (PMDB-MG), divulgou nota após o leilão na qual afirma que o governo federal “só pensa em bancos”.

“Estamos diante de um governo que só pensa nos bancos. Temos um ministro que só pensa em banco e

como eles vão continuar a ganhar dinheiro”, diz a nota.

De fato, os R\$ 12,13 bilhões arrecadados com o leilão têm destino certo: o cofre da meta fiscal, que nada mais é do que a poupança que o governo faz para pagar os juros da dívida.

No plenário da Câmara, Ramalho realizou um inflamado discurso cobrando respeito do governo com o estado de Minas e prometendo que a bancada “não terá compromisso de votar com o governo”.

“Entregaram as usinas a preço de banana e não levaram em conta a questão social. O preço da conta de luz vai ficar maior”, condenou o parlamentar, que foi um dos principais articuladores de uma frente formada no Congresso contra a venda das hidrelétricas.

A batalha política e judicial contra a privatização das hidrelétricas começou quando o governo anunciou a intenção de leiloá-las. A estatal mineira se baseou em uma cláusula do contrato de concessão assinado pelo governo federal em 1997 que prevê a renovação automática por mais de 20 anos para recorrer.

Após medida provisória de Dilma em 2015, contudo, a desapropriação das usinas

concedidas foi permitida e a Cemig chegou a oferecer em agosto ao governo pela renovação da concessão R\$ 11 bilhões. Mas, como o leilão faz parte do plano de entregar todo o setor elétrico do país para a iniciativa privada – de preferência estrangeira – o governo não aceitou.

A Cemig então passou a recorrer argumentando que o lance mínimo de estipulado para o leilão das usinas, além de “desvalorizar o patrimônio federal”, deixa de computar cerca de R\$ 18 bilhões devidos à estatal por investimentos não amortizados, apesar do vencimento do contrato. A empresa até chegou a conseguir a suspensão do leilão por decisão liminar e provisória, que pouco mais de uma semana antes do pregão, foi derrubada.

Uma das últimas tentativas foi a negociação da concessão da Usina de Miranda, que continuaria com a Cemig. Contudo, segundo denúncia do deputado Fábio Ramalho, o governo “não cumpriu” o acordo na última hora.

Durante o leilão, funcionários da Cemig realizaram protestos em frente à sede da companhia, em Belo Horizonte, contra o leilão das quatro usinas da empresa. (Ver página 5)

Para se safar, governo faz acordo com deputados sabotadores do Fisco e aprova generoso Refins

A Câmara dos Deputados aprovou, na quarta-feira (27), em votação simbólica, o texto-base substitutivo à Medida Provisória 783/17 que trata do Refins, o programa de refinanciamento das dívidas de pessoas físicas e jurídicas com a União.

Com o projeto, o governo prevê arrecadar R\$ 10 bilhões, segundo estimativa do relator, deputado Newton Cardoso Jr., que barganhou com o governo para aumen-

tar o perdão da dívida em troca de apoio ao governo Temer, acusado de chefe de quadrilha pela Procuradoria Geral da República.

Cardoso deve R\$ 51 milhões à União. Segundo a PGFN obtidas pelo Estadão, o relator figura como presidente da Companhia Siderúrgica Pitangui, que detém dívida ativa de R\$ 48,7 milhões com a União.

O restante se trata de uma dívida de R\$ 2,3 milhões da NC Participações e Consul-

toria, da qual o deputado seria diretor.

Após várias negociações, encabeçadas por Meirelles, o governo acertou com a chamada “bancada do Refins” uma proposta considerada mais “generosa”. Pelo acordo em troca de votos, os descontos sobre os juros vão de 50% a 90% e para as multas, os descontos variam de 25% a 70%.

Os deputados precisam ainda analisar os destaques apresentados à emenda.

Segunda denúncia contra Temer é lida na Câmara

A Câmara dos Deputados fez a leitura da segunda denúncia contra Temer, na terça-feira (26). Além dele, os O ministros Eliseu Padilha (Casa Civil) e Moreira Franco (Secretaria-Geral da Presidência) são acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) do crime de organização criminosa. Temer é arrolado pelo crime de obstrução à Justiça.

A denúncia seguiu para a Comissão de Constituição e Justiça e eles terão até dez sessões para apresentar suas defesas. Depois da votação na CCJ, o caso vai para o plenário da Casa.

Com o andamento da denúncia, os partidos já começaram a troca-

troca de titulares da comissão responsável pela primeira votação sobre a matéria. Jorginho Mello, do PR, e Expedito Netto, do PSD, admitiram a denúncia, estão na mira e podem ser substituídos. O suplente Carlos Melles, do Democratas, pode ser chamado mais uma vez a votar no lugar de um dos titulares do partido que ficaram contra Temer.

Temer também prepara a liberação de mais dinheiro para programas como o refinanciamento de dívidas Refins, aprovado na quarta-feira (27) pela Câmara depois que o governo concordou com uma proposta mais generosa do que

Escreva para o HP

horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO

é uma publicação do Instituto Nacional de Comunicação 24 de agosto
Rua José Getúlio, 67, Cj. 21
Liberdade - CEP: 01509-001
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@uol.com.br
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

HP

Editor-Geral: Clóvis Monteiro Neto

Redação: fone (11) 2307-4112

E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br

E-mail: comercial@horadopovo.com.br

E-mail: hp.comercial@uol.com.br

Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:

Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18,

3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679

E-mail: hprj@oi.com.br

Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP

70301-000

Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br

Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506

Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480

E-mail: horadopovomg@uol.com.br

Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -

E-mail: horadopovobahia@oi.com.br

Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de

Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004

Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603

E-mail: horadopovope@yahoo.com.br

Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa,

140 Curú-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823

Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande,

Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e

Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Quadrilhas do Planalto e do Congresso apavoradas com STF

Fábio Rodrigues Pozzebom/ABR



Temer: organização criminosa; Aécio: corrupção passiva e lavagem
Palocci: 'agora que eu resolvo falar a verdade me vejo diante de um tribunal inquisitorial dentro do próprio PT'

Em carta à direção nacional do PT, o ex-homem de confiança de Lula, Antônio Palocci, pede desfiliação do partido e se diz surpreso com o sentido do processo aberto pela direção do PT contra ele. “Havia me preparado para enfrentar junto ao partido um procedimento de natureza ética frente à recente condenação que sofri na 13ª Vara Federal de Curitiba”, disse Palocci.

“Pensava ser normal que o partido procurasse saber as razões que levaram à tal condenação e minhas eventuais alegações. Mas nada recebi sobre isso. Recebo agora as notícias da abertura de procedimento ético em razão das minhas declarações no interrogatório judicial ocorrido no último dia 06/09/2017. O procedimento questiona minhas afirmações a respeito do ex-presidente Lula”, prosseguiu o ex-ministro. “Agora que resolvo mudar minha linha de defesa e falar a verdade me vejo diante de um tribunal inquisitorial dentro do próprio PT”, acrescentou Palocci, reafirmando tudo o que disse em seu depoimento.

Para o senador Cristovam Buarque (PPS/DF), o plenário desentrou “um fundo público que a Câmara enterrou pela pressão popular”. “Estamos fazendo um fundo zumbi. Pior que zumbi, é um zumbi Frankenstein. Com o monstinho que estamos criando aqui, não sabemos de quanto vai ser o recurso. Vamos tirar dinheiro público, estamos cometendo um suicídio moral”, alertou.

Renan Calheiros (PMDB/AL) classificou o teor do substitutivo como “uma loucura”. “Tem muita gente ficando doída no Brasil. No momento que não tem dinheiro para programas sociais e não tem dinheiro para faculdades, o Congresso está brincando de aprovar dinheiro público para financiar campanha eleitoral”, afirmou.

Os senadores disseram que houve um “golpe” para derrubar o acordo de líderes, que previa não pedir verificação de quorum na votação do requerimento de preferência para votação do substitutivo. O pedido foi feito pelo petista Humberto Costa (PE). “O senador Armando Monteiro é absolutamente insuspeito em relação a sua concepção sobre financiamento público e, como tal, nós entendemos que esse projeto deva ter a preferência. Vão fazer campanha eleitoral como?”, alegou.

A Câmara rejeitou na quarta (27) pedido de urgência, que levaria o projeto aprovado no Senado diretamente para a pauta do plenário. O presidente da Casa, Rodrigo Maia, adiou a votação para a semana que vem. “Faremos a sessão de leitura e discussão do parecer na segunda, e na terça-feira de manhã a gente entra na votação”, disse.

“Qual o critério do partido? Processos em andamento? Condenações proferidas? Se é este o critério, o processo de expulsão não deveria recair apenas contra mim”, frisou.

Na carta, que a presidente do PT, senadora Gleisi Hoffmann, diz se destinar “aos procuradores da Lava Jato, oferecendo mentiras em troca de benefícios penais e financeiros”, Palocci destaca: “acompanhei de perto a evolução da nossa deterioração moral”. “Um dia, Dilma e Gabrielli dirão a perplexidade que tomou conta de nós após a fatídica reunião na biblioteca do Alvorada, onde Lula encomendou as sondas e as propinas, no mesmo tom, sem cerimônias, na cena mais chocante que presenciei do desmonte

moral da mais expressiva liderança popular que o país construiu em toda nossa história”, registra o documento.

“Tenho certeza, acrescentou ele, “que cedo ou tarde o próprio Lula irá confirmar tudo isso, como chegou a fazer no mensalaço”. Palocci questionou ainda o comportamento dos militantes do partido. “Até quando vamos fingir acreditar na auto-proclamação do ‘homem mais honesto do País’ enquanto os presentes, os sítios, os apartamentos e até o prédio do Instituto (!!) são atribuídos à Dona Marisa?”, disse. “Afinal, somos um partido político sob a liderança de pessoas de carne e osso ou somos uma seita guiada por uma pretensa divindade?”, questionou Palocci.

André Dusek/AE



“Somos um partido político ou uma seita?”
PT defende tucano Aécio e xinga o STF

A executiva nacional do PT divulgou nota, na quarta-feira (27), atacando a decisão da 1ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) de afastar o senador Aécio Neves (PSDB) do cargo e determinar seu recolhimento noturno. Para a legenda o afastamento foi uma “condenação esdrúxula, sem previsão constitucional” e não pode ser aceita pelo Senado. Antes Aécio era tido como “golpista”

pelo PT. O satanaz em pessoa. Mas agora... “O Senado Federal precisa repelir essa violação de sua autonomia, sob pena de fragilizar ainda mais as instituições oriundas do voto popular”, diz o texto.

Além da manifestação da executiva, vários parlamentares petistas saíram em defesa do tucano. O senador Jorge Viana (AC) defendeu que o Senado reaja à decisão do Supremo, que, segundo ele, não tem

amparo constitucional.

O líder do PT na Câmara, Carlos Zarattini (SP), chamou de “covardes” os parlamentares da base do governo que silenciaram a respeito do afastamento.

“Ele foi afastado pelo STF e a base governista não toca nesse assunto? Covardes, covardes que não têm coragem de debater o que ocorre no Brasil”, acusou Zarattini. Ou seja, nem o PSDB saiu em defesa de Aécio com tanta gana. Só o PT.

Com Paulo Câmara e João Vicente Goulart Comissão da Verdade lança relatório em PE

Nando Chiapetta/DP

A Comissão Estadual da Memória e da Verdade Dom Helder Câmara, instituída no Pernambuco em 2012, entregou o relatório final das violações dos direitos humanos praticadas durante a ditadura no estado ou contra pernambucanos em outros locais.

O evento ocorreu na segunda-feira (25), no Palácio do Campo das Princesas, com presença do governador Paulo Câmara (PSB), João Vicente Goulart, filho do ex-presidente João Goulart, deposto pelo golpe militar de 1964, diversos militantes vítimas da repressão, além de personalidades como José Almino de Alencar Silva Neto, filho do ex-governador Miguel Arraes, também deposto pelo golpe.

Paulo Câmara ressaltou que o material será distribuído “nas escolas estaduais, para que os jovens conheçam a história, a verdade, e saibam,



Governador e João Vicente (na 2ª fila) no evento de maneira definitiva, que qualquer regime de exceção, que não respeita a constituição ou a democracia é danoso ao país”.

“A história do país foi feita de heróis nacionais que tombaram no caminho da liberdade e da democracia para que nós hoje pudéssemos estar aqui”, disse João Vicente Goulart, destacando que é importante as novas gerações lutarem por liberdade, por democracia e por justiça social como forma de governo.

Antes da solenidade, ele afirmou que vê com preocupação manifestações de militares sobre

Temer, Lula e o PSDB querem afrontar o Supremo e desacatar a ordem de colocar o tucano Aécio em recolhimento noturno

Dizia o samba – e também a revista “Seleções”, quando alguém ainda lia “Seleções” – que recordar é viver. Sendo assim, recordemos algo acontecido no último dia 24 de março, no Hotel Unique, na avenida Brigadeiro Luís Antônio, em São Paulo.

Ao acertar com Joesley Batista, da JBS, uma propina de R\$ 2 milhões, disse Aécio Neves sobre o emissário que mandaria para pegar o dinheiro: “Tem que ser um que a gente mata ele antes de fazer delação. Vai ser o Fred com um cara seu. Vamos combinar o Fred com um cara seu”.

Fred é Frederico Pacheco de Medeiros, primo de Aécio.

O diálogo entre Aécio e Joesley foi gravado, e a entrega do dinheiro ao malfadado Fred foi filmada pela Polícia Federal (PF).

Disse Aécio Neves que o dinheiro era um empréstimo para pagar ao seu advogado, Alberto Toron. No entanto, o dinheiro foi desembocar na conta da Tapera Participações Empreendimentos Agropecuários, empresa do filho do senador Zezé Perrella, Gustavo Perrella – o mesmo que era (ou ainda é) proprietário de um helicóptero, apreendido pela PF com 445 quilos de cocaína.

Somente no caso das propinas da Odebrecht, Aécio Neves é investigado em cinco inquéritos – por corrupção passiva, lavagem e fraude em licitações.

CONFRARIA

Esse é o elemento que motivou a urgente aliança de Temer e o PMDB, Lula e o PT, além do PSDB – partido do qual Aécio ainda é presidente nacional, embora licenciado – que querem proteger esse desclassificado, desrespeitando o Supremo Tribunal Federal (STF).

Essa aliança é uma confraria de ladrões do dinheiro público. Essa é a sua identidade e ponto de coesão.

Esse é o sentido do charivari aprontado no Senado. Como sempre, tudo é desonesto, como apontou o senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP): “*Está ocorrendo aí uma malandragem jurídica. Estão confundindo medida cautelar diversa à prisão, que está prevista no Código de Processo Penal, diferente da prisão, que está prevista na Constituição Federal. É uma malandragem jurídica para tentar subverter o ordenamento jurídico por parte do Senado Federal, de alguns senadores*”.

A Constituição determina que senadores e deputados só podem ser presos em flagrante de crime inafiançável (artigo 53). A malandragem está em considerar que o recolhimento noturno de Aécio, decidido pelo STF, é a mesma coisa que uma prisão domiciliar.

Não é verdade. O Código de Processo Penal é claro: “*Art. 319. São medidas cautelares diversas da prisão: (...) V - recolhimento domiciliar no período noturno e nos dias de folga*” (grifo nosso).

O STF decidiu duas medidas cautelares. Primeira, afastou Aécio do Senado, já que é um descabro que, com a montanha de provas contra ele, circule descaradamente nos meios políticos, como se fosse um pai da pátria, abusando do poder para destruir provas e intimidar testemunhas, corrompendo e sendo corrompido.

Segunda, o STF decidiu que é aplicável a ele uma restrição – o recolhimento noturno – já que aos demais réus, inclusive à sua irmã e ao seu primo, foi aplicada uma restrição ainda maior. Nas palavras do ministro Luís Roberto Barroso: “... *considero uma incongruência, uma incompatibilidade, em a turma aplicar prisão domiciliar a co-autores, sem aplicação de nenhum tipo de restrição à liberdade de ir e vir de quem supostamente havia sido o mandante. Há indícios, bastante suficientes a meu ver, de autoria e materialidade*” (grifo nosso).

Em seguida, o ministro elencou esses “indícios”:

“Houve inequivocamente e documentadamente a solicitação de 2 milhões de reais.

Houve, está documentado, conversa com Andrea Neves, a propósito deste dinheiro, em que se falava que em relação a ele se procederia da mesma forma como se procederia na campanha em 2014 para mascarar o recebimento de dinheiro. Houve o depósito de dinheiro e a tentativa de ocultação de sua origem. Houve igualmente documentado a conversa com Joesley Batista, o agradecimento e a oferta de uma diretoria da companhia Vale do Rio Doce. E houve menção a providências para embarçar o curso da Lava Jato: providências para conseguir a indicação de um delegado de confiança de cada investigado para tocar a investigação.

“Todos esses fatos se passaram três anos após a Lava Jato em curso, a demonstrar infelizmente as práticas continuaram rigorosamente as mesmas quando tudo começou. Se é para mudar essas práticas, não é possível ser concorrentes com elas”.

Diante de algo tão lógico, por que o PT, horas depois, em nota de sua Executiva, depois de consultar e receber o aval de Lula, saiu gritando que a decisão do STF sobre Aécio “foi uma condenação esdrúxula, que não pode ser aceita por um poder soberano como é o Senado Federal”, que “a decisão é mais um sintoma da hipertrofia do Judiciário” e que “o Senado Federal precisa repelir essa violação de sua autonomia”?

Por que Temer, ao mesmo tempo, chamou o líder do governo, Romero Jucá, os senadores João Alberto (PMDB-MA) e Elmano Ferrer (PMDB-PI), e até o deputado Maluf (PP-SP), para articular o “salvamento de Aécio”, algo que um articulista chamou, justamente, “operação uma mão suja a outra”?

Por que, tanto o PMDB, quanto o PT, quanto o PSDB, querem que o Senado desobedeça e afrente a Justiça para salvar Aécio?

Não é por causa de Aécio, para o qual, aliás, estão todos se lixando. O que lhes move é o medo de que aconteça com eles a mesma coisa que aconteceu com Aécio, porque, na verdade, todos são culpados de algo semelhante. Se não fossem, não estariam tão assustados. Em suma, o temor dessa malta é que o STF acabe com a impunidade dos detentores de foro privilegiado.

O grau de desespero – ou de histeria – em que esse medo se tornou, é porque toda a sensação de impunidade deles está em que o foro privilegiado lhes garante julgamento pelo STF. Sua crença (com algum fundamento) é que o STF jamais irá julgá-los. Porém, dessa vez, o STF fez alguma coisa diferente.

GESTO

Baseada no princípio enunciado pelo ministro Luís Fux (“*Impunidade não é sinônimo de impunidade. Um dos pilares da Constituição é a moralidade no exercício do mandato. Aqui houve desvio da moralidade no exercício do mandato*”), a maioria da 1ª turma do STF – ministros Barroso, Fux e Rosa Weber – decidiu que, ainda que a prisão de Aécio seja inconstitucional, isso não significa que detentores de foro privilegiado sejam intocáveis. Que democracia existe quando alguém com mandato é tão intocável quanto um monarca absoluto? Desde quando ter um mandato é ter licença para roubar a coletividade?

Daí, o desespero. Que se deve, também, à sua completa mediocridade, tal como no caso de Aécio. Como disse o ministro Luís Fux:

“Isso tudo se resume num gesto de grandeza que o homem público deveria adotar. Muito o se elogia por ter saído da presidência do partido. Ele seria mais elogiado se tivesse se despedido ali do mandato. Já que ele não teve esse gesto de grandeza, nós vamos auxiliá-lo a pedir uma licença para sair do Senado Federal, para que ele possa comprovar à sociedade a sua ausência de culpa no episódio que marcou de maneira dramática sua carreira política”.

CARLOS LOPES



Reprodução/RedeTV

Pré-candidato a presidente do PDT
Ciro: se for eleito presidente, eu retomarei os campos de petróleo leiloados por Temer

O pré-candidato do PDT à presidência da República, ex-ministro Ciro Gomes, afirmou que revogará as “reformas” do atual governo, caso seja eleito no ano que vem, especialmente os campos de petróleo leiloados por Temer.

“Sob uma presidência que eu tiver a honra de liderar já está todo mundo sabendo, anunciado e vou repetir aqui: todos os campos de petróleo que forem entregues aos estrangeiros, a partir da revogação da lei de partilha, serão expropriados com as devidas indenizações no meu governo”, frisou. “Portanto, quem quiser comprar agora, fique sabendo que, se este que vos fala for à presidência da República, todos os campos serão devolvidos ao controle do povo brasileiro”, afirmou.

Ao participar de uma sessão de perguntas e respostas de usuários do twitter, na sede brasileira da empresa, em São Paulo, ele disse que “todas as reformas que Temer fizer têm uma ferida de origem, que é a ilegitimidade”. “Portanto, sim, serão revogadas todas e substituídas”, disse na terça-feira (26).

Na quarta (27), em seu perfil no facebook, Ciro criticou a realização de mais um leilão de blocos de óleo e gás promovido pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

“O governo golpista realiza hoje a venda de blocos para exploração e produção de petróleo e gás natural. Com um detalhe: sem conteúdo nacional como exigência da licitação. É um ataque a todos os brasileiros e ao futuro do nosso país”, escreveu.

Corruptos aprovam Fundão no Senado

PT participou de toda a trama

O Senado aprovou, na terça-feira (26), o projeto de lei que cria o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (PLS 206/2017), destinado a custear campanhas eleitorais com recursos públicos. Em sessão tumultuada, uma votação simbólica foi responsável pela decisão que vai destinar ao menos R\$ 1,7 bilhão para o processo eleitoral em 2018, já que a previsão do montante do novo fundo é incerta.

O fundo será composto por 30% das emendas apresentadas pelas bancadas ao Orçamento da União. O projeto também extingue a propaganda partidária e transfere para o fundo o dinheiro da compensação fiscal paga às emissoras pela veiculação dos programas. Assim, o piso varia de R\$ 1,7 bilhão a R\$ 2 bilhões e vai depender da economia que resultará da suspensão dos programas partidários em 2017.

No entanto, senadores contrários à proposta denunciaram que há brechas para se chegar a um montante maior, com uso de recursos de emendas contingenciadas do Orçamento. O líder do DEM, Ronaldo Caiado (GO), afirmou que o parágrafo 1º do substitutivo do senador Armando Monteiro (PTB/PE) abre brecha para o uso desses recursos, sem limites, para recompor o fundo.

“O que se coloca aqui é um cheque em branco. Eu desafio o relator a dizer qual é o teto do fundo de financiamento de campanha. O fundo só tem um piso: ele vai sair de R\$ 1,6 bilhão e pode chegar a valores de R\$ 4 bilhões, de R\$ 6 bilhões, de R\$ 8 bilhões, porque há a prerrogativa de poder usar todas as emendas aditivas pela reserva de contingenciamento”, denunciou Caiado.

O senador Randolfe Rodrigues (Rede/AP) condenou o uso das emendas, que são fundamentais em “estados como o meu, completamente esquecidos nos investimentos do governo”. “Como voltarei lá e direi aos cidadãos que vai ser limitado o

Ministro da Saúde diz que Brasil “possui hospitais em excesso”

Segundo Ricardo Barros, titular da pasta no governo Temer, apenas 1500 hospitais seriam suficientes para uma população de mais de 200 milhões de habitantes

O ministro da Saúde, Ricardo Barros (PP-PR), disse em entrevista à revista “Exame” que existe atualmente um “excesso de hospitais no país”. Segundo ele, uma redução de 80% no número de hospitais daria conta da demanda no Brasil, e que não falta dinheiro para a saúde, “falta gestão”.

Barros diz ainda que o governo federal tem “cumprido o papel de financiar metade dos custos com a saúde”, e “enquanto nós não tivermos segurança de que todo o dinheiro está bem aplicado, não teremos moral de pedir mais recurso”.

Para ele, os 7500 hospitais do país são um exagero, “poderíamos resolver tudo com 1.500 hospitais. Esse é o dado estatístico com base numa análise criteriosa de atendimentos. Por que não fechamos hospitais? Por uma questão política. É difícil fechar um hospital”.

O ministro, que não é reconhecido por sua inteligência, não se prestou a esclarecer qual a análise criteriosa, ou dado estatístico, fora utilizado. Tampouco conseguiu explicar o porquê de tantas filas nas portas de hospitais por todo o país.

Para tanto, Barros disse que o problema é que muitas pessoas usam a UTI sem precisar. “Precisamos otimizar as estruturas disponíveis no sistema de saúde pública. Um terço das unidades de terapia intensiva é ocupada por pessoas sob cuidados paliativos. [...] A reclamação de que leitos estão fechando é apenas a comprovação da eficácia do novo modelo, com estruturas como hospital-dia e saúde da família criadas para diminuir a hospitalização”, afirmou. Seja lá o que isso signifique.

Barros também defendeu tirar a decisão de fechamentos de unidades hospitalares dos governos, e passar para a

iniciativa privada, “estamos propondo medidas como a formação de consórcios de gestão e rateio de custos. Dessa forma, a decisão de fechar uma unidade ou de ampliá-la não será mais do gestor local, será do conjunto dos que financiam o serviço”.

De acordo com dados do Sistema Nacional de Fiscalização do Conselho Federal de Medicina (CFM), de dezembro de 2010 a dezembro de 2015, foram fechados 24 mil leitos de internação na rede pública de saúde, resultando numa ainda maior sobrecarga nos serviços de urgência e emergência. Ainda segundo o levantamento do CFM, 70% dos estados não têm o número mínimo de leitos de UTI recomendados pela Organização Mundial da Saúde, para garantir o bom atendimento à população. De acordo com a Organização, deve existir de 3 leitos hospitalares por cada mil habitantes e o Brasil está abaixo disso, com 2,4 leitos.

Sobre as centenas de unidades básicas e de pronto-atendimento fechadas no país, Barros destacou que o governo federal vai liberar algumas delas para as prefeituras e “o gestor poderá usar o prédio para o que é mais adequado ao interesse da população”.

Finalizando a entrevista, o gestor elogiou a verba de sua pasta, dizendo que “se considerarmos incentivos e estratégias federais, o financiamento não é ruim”.

Dados da OMS mostram que, entre os países com modelos públicos de acesso à saúde, o Brasil é terceiro no ranking dos países que menos investem na saúde nas Américas. Em 2014, apenas 6,8% do orçamento público brasileiro foi destinado à saúde, a frente apenas do Haiti e da Venezuela e bastante abaixo da média mundial (11,7%). Mundialmente o Brasil divide o ranking com Gana, Tadjiquistão, Omã e Mongólia.

Delação de Funaro expõe mais um elo da quadrilha de Sérgio Cabral

Em delação premiada o dileiro Lúcio Funaro entregou o esquema que envolvia o ex-governador Sérgio Cabral (PMDB) e o empresário mineiro Georges Sadala Rihan, o “Ge”, um dos favorecidos com o rombo milionário na Prece, o fundo de pensão dos funcionários da Cedae, na gestão de Cabral (2007-2014).

Até Funaro delatar, o que levantou a desconfiança da polícia sobre um envolvimento ilícito de Sadala nos esquemas de Cabral foi a foto em que ele aparece de guardanapo na cabeça, ao lado de outros parceiros do ex-governador, no episódio em Paris que ficou conhecido como “dança dos guardanapos”.

O que se descobriu a partir desta desconfiança foi que além de amigos do ex-governador, o empresário aparece em pelo menos dois negócios com o governo Cabral: o serviço “Poupa tempo”, explorado pela GeiPar, da qual era um dos sócios, e o sistema de crédito consignado aos funcionários públicos, na condição de representante do banco BMG.

Segundo Funaro, Sadala era um dos operadores no esquema que montava operações fraudu-

lentas contra o fundo de previdência complementar (Prece). Nesse esquema, além de Cabral e Funaro, o ex-deputado Eduardo Cunha e os ex-governadores Rosinha e Anthony Garotinho participavam da divisão de propinas.

Sadala se somou ao grupo de Cabral a partir da campanha de 2006, também por meio do ex-secretário de governo Wilson Carlos, e era reverenciado pela maneira leal com que se relacionava com o ex-governador. Sadala conheceu Wilson por intermédio do tio, que participava de uma roda de pôquer semanal, com o ex-secretário, na Barra da Tijuca. Com os negócios do grupo indo de vento em popa, Sadala foi assíduo de viagens feitas por Cabral ao exterior. Gabava-se de ser o único proprietário do grupo a ter uma casa que ocupava dois lotes de terreno de frente para o mar na Praia de São Braz, no Condomínio Portobello.

A relação de amizade com políticos se estende ainda ao senador Aécio Neves (PSDB-MG), padrinho de casamento de Sadala com Ana Paula Campos — em dezembro de 2007, na Igreja da Candelária —, com sua ex-mulher Adriana Falcão.



S. Cabral e Sadala dançando num encontro em Paris



Reprodução

Para ministro, filas nas emergências de todo o país são problema de “gestão”

Candidatos à reitoria da Universidade de São Paulo apresentam suas chapas

Quatro chapas concorrerão às eleições para reitor e vice-reitor da Universidade de São Paulo (USP) que no final de outubro. O processo eleitoral acontece em duas etapas, a primeira será uma consulta a todos os docentes, alunos e funcionários, no dia 23 de outubro, e a chamada consulta pública. E a segunda, ocorre no dia 30 de outubro, com a eleição pelo colégio eleitoral da lista tripartite que será encaminhada ao governador para a nomeação do próximo reitor.

A atual gestão, muito criticada por docentes, alunos e funcionários será representada pela Chapa 1, que tem o atual vice-reitor, Vahan Agopyan, como candidato a reitor e Antônio Carlos Hernandes como vice. Vahan foi o principal porta-voz das medidas autoritárias tomadas pelo atual reitor, Marco Antônio Zago, para, segundo eles, enfrentarem “uma grave crise financeira da Universidade”. Essas medidas unilaterais da gestão que hora se encerra acabaram provocando uma insatisfação muito grande no meio acadêmico e entre alunos e funcionários e fizeram a USP despencar nos rankings de avaliação. A Chapa 2 é encabeçada pela professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e terá como vice, Paulo Borba Casella, da Faculdade de Direito.

O professor Ildo Sauer, uma das maiores autoridades em energia do país, ex-diretor da Petrobrás, e um



Quatro candidatos disputam a indicação para reitor

dos criadores do Instituto de Energia e Ambiente da USP (IEE), do qual foi diretor, é o candidato da Chapa 3. Ele terá como vice o professor Tércio Ambrizzi, do Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG). Ildo é um crítico da atual gestão que, segundo ele, não levou em consideração que “a USP é muito maior do que a atual crise” e que “o maior patrimônio da Universidade é o seu corpo de docentes e funcionários”. “A USP chegou aonde chegou graças a excelência de seu corpo docente e técnico-administrativo”, diz

ele, em seu programa. A Chapa 4 é constituída pelo professor Ricardo Ribeiro Terra, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, candidato a reitor, e Albérico Borges Ferreira da Silva, do Instituto de Química de São Carlos, como candidato a vice-reitor. O primeiro debate entre os candidatos ocorrerá no próximo dia 5 de outubro em São Carlos. No dia 11 de outubro, eles se enfrentam em Ribeirão Preto e no dia 19 de outubro, acontece o último debate na capital.

Clube de Engenharia defende sistema elétrico e caráter estatal da Eletrobrás

Sindicatos de trabalhadores do setor elétrico, engenheiros, deputados e professores se reuniram em debate contra a privatização da Eletrobrás, no Clube de Engenharia, no último dia (21).

O evento discutiu questões como privatização, soberania nacional e o papel da energia e da Engenharia no desenvolvimento do país. Pedro Celestino, presidente do Clube de Engenharia, convocou os trabalhadores do setor elétrico a mobilizarem os colegas contra a privatização da Eletrobrás. “O rolo compressor que está no poder não tem o menor compromisso com a sociedade brasileira, com a soberania, com o desenvolvimento e com a democracia. Vocês, trabalhadores do setor elétrico, são as primeiras vítimas do processo. Então, a primeira missão de vocês é convencer os colegas a

sair do imobilismo. Essa é uma luta que tem por fim garantir a segurança do sistema elétrico em benefício da nossa sociedade, do nosso desenvolvimento, como serviço de utilidade pública”, disse ele.

“Essa semana, em Brasília, foi votada a reforma eleitoral. Depois, a agenda é a Previdência e o desmonte do Estado brasileiro, as mais variadas formas que o conjunto de privatizações pode fazer. Essa é a agenda prioritária. Articulações como esse seminário são fundamentais, porque temos de ter um processo claro de conscientização permanente sobre o que está acontecendo. E preciso enfrentar essa agenda”, disse o deputado federal Glauber Braga (PSOL-RJ).

Jorge Luís Bonito, presidente do Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Energia do Rio de Janeiro e

Região (Sintergia-RJ), foi o mediador do seminário e falou sobre os atos públicos reunindo movimentos sociais e outras organizações previstos para as próximas semanas. No dia 3 de outubro, organizações sindicais preparam ato pelo Dia Nacional de Luta pela soberania, partindo do Terreirão do Samba até a sede da Eletrobras, no Centro do Rio de Janeiro.

Estiveram presentes no seminário representantes da Associação dos Empregados da Eletrobras (AEEL), Sindicato dos Empregados das Empresas de Energia do Rio de Janeiro e Região (Sintergia-RJ), Sindicato dos Administradores do Estado do Rio de Janeiro (Sinaerj), Sindicato dos Economistas do Rio de Janeiro (Sindecon-RJ), Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) e Associação dos Funcionários de Furnas (ASEF).

TCU autoriza Anatel a mudar multas em benefício das teles

Na última quarta-feira, o Tribunal de Contas da União (TCU) permitiu que a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) feche um acordo com a Telefônica (controladora da Vivo), autorizando a conversão de multas em investimentos. O TCU orientou apenas que a Anatel fixe o município e a região em que o investimento será feito.

Não houve nenhuma orientação dos possíveis investimentos, prazos ou as regiões e estados que os investimentos deveriam ser priorizados. A TAC, como foi aprovada privilegiará a região Sudeste, que tem mais retorno para as operadoras.

Capez rifa Alckmin em prol de Dória na rinha de tucanos

O ex-presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), o deputado Fernando Capez (PSDB), defendeu na tribuna, a candidatura do também tucano, João Dória, à presidência da República, na tarde desta quarta-feira (27).

Durante sua fala, Capez disse que é “melhor ganhar a presidência com Dória do que perder para o Dória em outro partido”. Segundo ele, que até pouco tempo se dizia aliado do governador, o prefeito da capital paulista “se

desponta como outra opção”.

A fala do ex-presidente da Alesp foi uma resposta a críticas do colega de bancada e líder do governo de Geraldo Alckmin no Legislativo, Barros Munhoz, que disse que Dória “só fez o Corujão da Saúde e plantou sarambaia na 23 de Maio”.

O nome de Capez foi um dos citados pelos delatores no esquema de desvio de dinheiro das merendas de escolas estaduais e municipais de São Paulo. O processo da “máfia das merendas” segue em segredo de justiça.



horadopovo@horadopovo.com.br

Responsabilidade

Lula que já é réu condenado em um dos vários processos em andamento na Lava Jato, deseja ser candidato a presidente em outubro do ano que vem. Certamente ele é a favor do famigerado foro privilegiado, que protege corruptos do poder. Todo político tem a obrigação de trabalhar pelo país, pelo povo, pela diminuição da desigualdade social. Pra isso eles são eleitos, mas, se ocorre desvios de caráter envolvendo o poder, ou verbas públicas, devem também ser obrigados a responder nas barras da lei pelos atos falhos e errôneos frente a seus governos!

Célio Borba – Curitiba, PR

Reações

A reação da sociedade, dos movimentos ambientalistas, e dos artistas nesses últimos dias contra a tentativa do Temer de entregar a Renca para a mineração gerou ótimos resultados, forçando o presidente a revogar o decreto. Os mesmos tipos de reações devem acontecer mais e mais, em diversos outros âmbitos. Enquanto escândalos políticos e econômicos são desmascarados nos últimos tempos, a maior reação que vemos da sociedade é perante a Floresta Amazônica. Não tirando a importância da floresta, mas este tipo de reação deve acontecer sempre que tentarem tomar medidas contra o Brasil. A sociedade deve reagir da mesma forma, ou ainda mais intensamente, contra tentativas de vender as empresas nacionais, contra casos de corrupção e roubo de dinheiro de governantes, contra as reformas do Temer, contra tudo que se opor à soberania e igualdade do nosso país.

Henrique de Moraes – Rio de Janeiro, RJ

Advogado sofre ataque racista em Santa Catarina

Na última segunda-feira (25) o advogado e ativista do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB), Marco Antônio André, foi surpreendido por cartazes com ameaças racistas na porta de sua casa, em Blumenau, Santa Catarina.

Nos avisos, acompanhado da foto de um membro do Ku Klux Klan estava a frase: “Negro, comunista, antifa, macumbreiro. Estamos de olho em você.”

O advogado rechaçou o ataque e repudiou o acontecido. “Todos que me conhecem, sabem o quanto luto para que diferenças sejam respeitadas. Ser do Candomblé, além de ser um ato de fé, é cultivar meus ancestrais Africanos. Quando me coloco a favor dos menos favorecidos e luto pelos direitos e igualdade de todos, não quero excluir, quero agregar. Se minha luta contra o fascismo é incômoda para alguns, o problema não está em mim”, disse o ativista na publicação.

MP-SP não assina acordo de leniência com Odebrecht sobre escândalo do trensalão tucano

Dez promotores do Ministério Público de São Paulo (MP-SP) que investigam corrupção decidiram que não vão assinar um acordo com a Odebrecht para receber provas de que houve pagamento de propina em obras da rede ferroviária de São Paulo, no escândalo que ficou conhecido como “trensalão”.

A denúncia é de pagamento de propinas para políticos e funcionários do PSDB e sua base aliada, além de irregularidades em contratos da construtora com o Metrô, CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), Dersa (Desenvolvimento Rodoviário S.A, que administra rodovias e terminais de transporte de cargas e passageiros) e DER (Departamento de Estradas de Rodagem), favorecendo o PSDB.

O acordo foi feito pelo Ministério Público Federal não foi aceito pelos integrantes da Promotoria de Justiça do Patrimônio Público de São Paulo. Segundo o MP-SP, eles decidiram que não irão “aderir ao acordo de leniência fechado pela Odebrecht no plano federal”. Conforme o MP-SP, a Odebrecht se comprometeu a negociar diretamente com o MP de São Paulo um novo acordo. Acordo de leniência é uma espécie de delação, mas da empresa, não de pessoas que se envolveram com suborno. Eles dizem que não endossam o acordo de leniência porque há irregularidades no texto, como a ausência de concordância da CGU (Controladoria Geral da União) e da AGU (Advocacia Geral da União) com os termos acertados, como está previsto na legislação brasileira.

Sem endossar os termos do acordo, os promotores não receberão as provas que fazem parte do trato e que serviriam para sustentar ações contra aqueles que são apontados pela Odebrecht como recebedores de propina.

O resultado prático do impasse com os promotores de São Paulo é que as investigações sobre autoridades dos governos de Geraldo Alckmin e José Serra, ambos do PSDB, e da gestão de Gilberto Kassab na Prefeitura de São Paulo devem atrasar ainda mais. Há risco de prescrição em algumas ações. Alckmin, Serra e Kassab negam ter recebido suborno da Odebrecht.

“Reforma trabalhista”: Tempo de transporte em zona rural é excluído das horas extras

GABRIEL PEREIRA*

Apesar do artigo da “reforma” trabalhista que será debatido nesta edição ser bastante distante da realidade das grandes capitais, suas consequências serão sentidas em boa parte do país.

Conforme a lei anterior à reforma, o tempo em transporte até o local de trabalho já não era contabilizado como à disposição do empregador, ou seja, não gerava pagamento de horas extras, mas existia uma ressalva que beneficiava os trabalhadores, sobretudo da área rural: quando o local era de difícil acesso ou não existia serviço de transporte público, o empregador fornecia o transporte e esse tempo era considerado à disposição com consequente obrigação de pagamento de horas extras.

O novo texto da “reforma” mudou e retirou esta exceção:

Artigo 58 (...)

§ 2º O tempo despendido pelo empregado desde a sua residência até a efetiva ocupação do posto de trabalho e para o seu retorno, caminhando ou por qualquer meio de transporte, inclusive o fornecido pelo empregador, não será computado na jornada de trabalho, por não ser tempo à disposição do empregador.

Como dito inicialmente essas situações de precariedade em transporte ou serviço de transporte fornecido pelo próprio empregador não afetam a maioria dos trabalhadores das grandes cidades, mas, justamente nos locais onde os trabalhadores mais precisam do amparo da legislação trabalhista nos deparamos com este retrocesso.

Não raras às vezes, a realidade estereotípica sobre o trabalho escravo nas regiões rurais do Brasil nos vem à tona, desde a indústria têxtil passando pela sucroalcooleira, além dos demais setores, como agropecuária, por exemplo.

O “transporte” símbolo dessas regiões é o “pau-de-arara” que levam trabalhadores dos rincões do país amontoados em meio à poeira, estradas desertas e esburacadas, muitas vezes em regiões sem luz.

Seria prudente uma reforma trabalhista para acabar com esta triste realidade, não em retirar um dos poucos direitos destes trabalhadores. É muito simbólica a alteração de um simples parágrafo para que possamos enumerar quem definitivamente pagou por esta “reforma”.

Gabriel Pereira, advogado e sócio fundador do escritório Medrado Pereira Advocacia e pós-graduado em direito e processo do trabalho pela Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Saiba mais sobre a reforma em: www.facebook.com/medradopereiraadvocacia/, ou envie suas perguntas para medradopereira.adv@gmail.com.

Com adesão de SP e RJ, greve dos Correios atinge todo o país



Assembleia dos Correios do Rio de Janeiro que aprovou adesão à greve



Manifestação em Salvador. Categoria rejeita reajuste abaixo da inflação

Sob protesto, Câmara do DF aprova projeto que altera a Previdência dos servidores públicos

A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou na madrugada desta quarta-feira (27), debaixo de protesto dos servidores e alguns deputados, um projeto de lei que altera a previdência dos servidores públicos da capital federal.

O texto foi aprovado por 14 votos favoráveis e 8 contrários em dois turnos e segue para a sanção do governador Rodrigo Rollemberg. A principal mudança proposta pelo projeto de lei é a unificação dos dois fundos de contribuição existentes no DF, o DFPrev, para servidores que ingressaram até dezembro de 2006, e o Iprev, para quem entrou após essa data.

Atualmente, o Iprev apresentou um superávit de R\$ 3,7 bilhões em 2016, enquanto que o DFPrev teve déficit de R\$ 2,1 bilhões. O motivo é que, enquanto o DFPrev tem 58 mil aposentados e 52 mil ati-

vos, o Iprev apresenta apenas 152 aposentados para 34 mil trabalhadores na ativa.

O diretor do Sindicato dos Professores do DF (Sinpro), Samuel Fernandes, aponta que a solução é falha porque o superávit do Iprev só existe por conta da quantidade absolutamente maior de ativos. “Esse substitutivo vai resolver um problema financeiro agora, mas, em no máximo 3 anos, o problema vai voltar e bem maior porque o governo já vai ter usado todo o recurso desse fundo. Todos os servidores vão ficar sujeitos a não receber aposentadoria por conta desse projeto”.

Além disso, o novo Fundo unificado submete os aposentados ao teto do INSS de R\$ 5.531,31, sendo que quem quiser receber acima desse valor terá de aplicar outros recursos.

Para “resolver” a falta de recursos futura,

o projeto de lei prevê também a implementação de um fundo complementar e a criação do Fundo Solidário Garantidor, o qual seria abastecido com imóveis, recursos financeiros e direitos “destinados por leis” – que ainda nem foram aprovadas, além da renda de “recebíveis da dívida ativa” – dívidas que o GDF pode vir a cobrar no futuro.

Para o presidente do Sindicato dos Servidores e Empregados da Administração Pública (Sindser), André Luis da Conceição, esse Fundo Garantidor é uma “projeção fictícia”. “A gente considera que é apropriação indébita, porque o governo está se apropriando de recursos dos servidores. Você emprestaria um dinheiro sem garantia de receber? Um dinheiro que vai trazer garantia no futuro. Daqui a 5 anos o governo estará com uma bomba nas mãos”, denunciou.

Funcionários repudiam privatização de quatro usinas em fazem manifestação durante leilão

Os funcionários da Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) realizaram protestos na última quarta-feira, 27, em frente à sede da companhia, em Belo Horizonte, contra o leilão de quatro usinas da empresa. A venda das hidrelétricas ocorreu na manhã do mesmo dia, em São Paulo (ver matéria na página 2).

Durante o protesto, centenas de manifestantes fecharam a pista da Avenida Barbacena em frente à Cemig. As pessoas traziam consigo faixas e cartazes, e gritavam palavras de ordem como “Fora Temer”, além de fazer acusações de que o governo “querer vender o Brasil”. No panfleto distribuído pelos trabalhadores no ato, os manifestantes denuncia-



Protesto realizado em frente à CEMIG, na quarta

vam que “a venda das usinas vai repercutir em aumento na conta de luz e do desemprego, e cartazes, e gritavam palavras de ordem como “Fora Temer”, além de fazer acusações de que o governo “querer vender o Brasil”. No panfleto distribuído pelos trabalhadores no ato, os manifestantes denuncia-

das usinas de Miranda, Jaguará, Volta Grande e São Simão “fere os interesses soberanos do Brasil como Estado Nação, ao transferir para grupos estrangeiros o controle da geração de energia, dos rios e reservatórios d’água que compõem o complexo hidroelétrico leiloado”, denunciou entidade.

Greve denuncia plano de arrocho salarial, demissões e privatização da estatal

A greve dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) atinge todos os estados da federação. Os trabalhadores filiados à Federação Interstadual dos Trabalhadores e Trabalhadoras dos Correios (FINDECT), que reúne os sindicatos de São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e Tocantins, decidiram nesta terça-feira, 26, aderir à greve iniciada na semana passada.

Segundo a Findect, os dirigentes da entidade “seguiram os trâmites legais e negociaram à exaustão (...) e a proposta de reajuste apresentada pela empresa foi insuficiente para levar à assinatura de um acordo”. Agora a entidade se junta aos trabalhadores filiados à Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Correios e Telégrafos e Similares (Fentect), parados desde o dia 19.

Além do aumento salarial – os Correios mantêm a proposta de reajuste de 3%, a ser adicionado somente a partir de janeiro, enquanto a data-base da categoria é 1º de agosto – os trabalhadores estão em greve contra o desmonte por que passa os Correios: o fechamento de agências por todo o país, pressão para adesão a um plano de demissão voluntária, ameaça de demissão motivada com alegação da crise, ameaça de privatização, corte de investimentos em todo o país, falta de concurso público, redução no número de funcionários, além de mudanças no plano de saúde e suspensão das férias para todos os trabalhadores (exceto para aqueles que já estão com férias vencidas) são motivo para a paralisação.

Ainda na semana passada, o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, admitiu que existe a possibilidade de privatizar os Correios, embora tenha dito que ainda “não há uma decisão tomada”.

Guilherme Campos, presidente dos Correios, chegou a dizer que o principal problema da empresa, que enfrentou prejuízo dois anos seguidos, é a folha de pagamento dos funcionários. Nos últimos anos, mais de 10 mil trabalhadores deixaram a empresa por meio de Programas de De-

missão Voluntária (PDVs). “Com a justificativa de que é preciso entendimento dos problemas da ECT, por parte da categoria, o governo tem ameaçado vender a empresa para sanar as dificuldades”, aponta a Fentect.

A entidade denuncia que, no entanto, “a má gestão nos Correios gerou gastos exorbitantes nos últimos anos, o que não é revelado para a sociedade, que é induzida ao erro, a acreditar que a culpa é dos trabalhadores. São patrocínios e consultorias milionárias, além de cargos frutos de indicações políticas. Para piorar a situação, o governo federal insiste em não pagar os valores retirados do caixa da empresa: quase R\$ 6 bilhões. Ou seja, a estatal paga ao governo para trabalhar, enquanto poderia contar, por exemplo, com a fidelização dos serviços e programas sociais”.

Para rebater a mobilização dos trabalhadores, a ECT entrou com uma ação no Tribunal Superior do Trabalho (TST), cujo vice-presidente Emmanuel Pereira, determinou, por meio de liminar na segunda-feira (25), que a Fentect assegure o mínimo de 80% de trabalhadores em cada setor/unidade, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil em caso de descumprimento.

Frente à essa iniciativa, o sintect-RJ publicou uma nota direcionada ao presidente da estatal: “Caro Guilherme Campos, nós carregamos essa empresa nas costas, damos nosso suor e saúde para sustentá-la. O mínimo que vocês têm que fazer é manter nossos direitos e benefícios, que já não são muitos. É uma questão de respeito com quem trabalha todos os dias debaixo de sol e chuva”.

“Não aceitamos nenhuma retirada de direitos. Não tememos às arbitrariedades. Greve é nosso direito e nossa forma de lutar por justiça”, aponta a nota do sindicato carioca, que está convocando nova assembleia para segunda-feira, 02. “Precisamos manter nossa posição para avançar na luta por direitos. É hora de resistir aos ataques. Juntos somos mais fortes”, ressaltou o presidente, Ronaldo Martins.

S. José dos Campos: metalúrgicos fecham acordos com aumento real e direitos garantidos em 13 fábricas

Os metalúrgicos da região de São José dos Campos, mobilizados por ganho salarial real e contra a implementação da reforma trabalhista, conquistaram os primeiros acordos da Campanha Salarial nesta semana. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos, já são 13 fábricas em que a categoria garantiu aumento real e a renovação de cláusulas sociais.

Para Nilson Ferreira Leite, diretor do Sindicato, o enfartamento por parte dos trabalhadores veio antes mesmo da Campanha Salarial. “Os metalúrgicos vêm realizando um processo de mobilizações contra os ataques do governo com suas reformas. Esse processo está se refletindo em nossa luta em defesa dos acordos coletivos...”, disse Leite. O sindicato explica que entre as principais fábricas em que as negociações foram favoráveis à categoria estão a Avibras e JC Hitachi.

A vitória na Avibras, em Jacareí, veio depois que os trabalhadores da empresa deflagram greve no dia 13 deste mês. A companhia de produtos e serviços de

defesa havia propostos aos operários a antecipação da reforma trabalhista nos contratos, com liberação da terceirização e banco de horas. A greve durou apenas um dia, mas a Avibras cedeu à pressão, dando aos operários um reajuste de 3,76%, abono de R\$ 2 mil, 7% no piso, entre outros benefícios. A assembleia aconteceu na terça-feira (26). Já na JC Hitachi, o reajuste ficará entre 4% e 7% (no piso) conforme a faixa salarial, mais abono de R\$ 2 mil, entre outras conquistas. A proposta foi aprovada em assembleia, nesta quarta-feira (27). Os índices repõe a inflação medida pelo INPC, que nos últimos 12 meses está em 1,73%.

Em fábricas de menor porte como na região Centro-Norte de São José dos Campos, nove empresas tiveram reajustes acima da inflação (com 9,2% de reajuste) e todas os acordos coletivos foram renovados. O mesmo ocorreu na zona leste, na Metinjo, onde os trabalhadores conquistaram 5,23% de reajuste. Já na MGS, mesma região, a conquista foi de 7%.

RS: com salário parcelado, servidor faz assembleia para decidir greve

Nesta sexta, 29, os servidores do Rio Grande do Sul realizam assembleia para definir sobre a deflagração de greve no estado contra o saque aos salários do funcionalismo, que estão sendo pagos parcelados há 21 meses.

Nesta semana, a Federação Sindical dos Servidores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (FESSERGS) reagiu ao anúncio do governo do Estado que apresentou um Projeto de Lei (PL) de ressarcimento dos salários atrasados dos servidores públicos.

Para a Federação, a medida é apenas para o governo “escapar de ações judiciais dos servidores”, que estão recebendo salários parcelados ou estão sem receber nada, sem previsão, como é o caso dos servidores que recebem acima de R\$ 1,5 mil. “Não receberão nada na próxima sexta-feira, 29, data do pagamento da folha de setembro”, lembra a entidade.

Para a Fessergs, o projeto do governo apenas revela a intenção de continuar parcelando os salários. “O governo está num beco sem saída. Os servidores não acreditam mais em propostas fantasiosas. Até parece que quem ganha mais que 1.500 reais comete um crime e tem que ser penalizado. Tem que ficar sem receber nada. Porque é isso que vai acontecer no final deste mês”, afirmou o presidente da entidade, Sérgio Arnoud. “E essa história de ressarcimento é uma balela. Não são só os juros que os servidores pagaram ao atrasar contas. Tem multas, correção monetária, desgaste psicológico familiar de 21 meses que não tem preço. Só queremos que a Constituição seja cumprida, nada mais. Nós cumprimos a lei. O governador não. Há 21 meses paga quando quer e do jeito que quer”, disse Arnoud.

CCJ aprova projeto que regulamenta negociação coletiva no setor público

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou na terça-feira, 26, o Projeto de Lei (PL) 3831/15, que regulamenta a negociação coletiva no setor público. O projeto do Senado tramitou em caráter conclusivo e segue agora para sanção presidencial.

A Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal (Condsef/Fenadsef) comemorou a aprovação do projeto e aguarda a sanção nos próximos dias. “Anterior à Constituição de 88, a luta de servidores por esse direito é bastante antiga. A Constituição trouxe avanços importantes, mas deixou um

vácuo delicado quando permitiu aos servidores se organizar em sindicatos e o direito a fazer greve, mas não permitiu o direito a negociar”, explica a entidade.

Segundo a entidade, os servidores sempre atuaram “fortemente na luta pela regulamentação do direito à negociação coletiva”, lembrando que a partir de 2010 o Brasil passou a ser um dos países a reconhecer a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata da questão. Em 2013 um Decreto ratificou a convenção, mas não foi suficiente para resolver o problema”, lembra a Condsef.

Os Andradas e outros heróis da Independência do Brasil - 6

Continuação da edição anterior

Considerando a carga ideológica acumulada contra o marquês de Pombal nos últimos 250 anos, é preciso explicitar – ou, pelo menos, é útil, para o estudo da nossa Independência – o seu significado histórico

CARLOS LOPES

Os homens que lideraram a revolução da Independência, a começar por José Bonifácio, formaram-se sob a luz da reforma do marquês de Pombal, que subsistiu, na Universidade de Coimbra, mesmo depois da queda de seu patrono, em 1777, e de sua morte, em 1782.

Alguns desses homens, na geração posterior à de José Bonifácio, formaram em Coimbra uma sociedade republicana, a *Gruta*, inclusive alguns que seriam, de volta ao Brasil, ba-luartes indubitáveis da monarquia – como os futuros marqueses do Paraná (Honório Hermeto Carneiro Leão), visconde de Uruguai (Paulino José Soares de Souza), visconde de Sepetiba (Aureliano de Souza e Oliveira), visconde de Itaboraí (Joaquim José Rodrigues Torres), visconde de Rio Grande (José de Araújo Ribeiro), conde de Serjimirim (Antonio da Costa Pinto) e até o futuro marquês de Muritiba (Manoel Vieira Tosta), ferrenho porta-voz do escravagismo no Senado do Império (cf. o testemunho de José Pedroso de Albuquerque, um dos membros da *Gruta*, que foi ministro da Justiça da república farroupilha, in Fernando Luís Osório, “História do General Osório”, 1ª vol., G. Leuzinger & Filhos, Rio, 1894, p. 276).

MUDANÇAS

Considerando a carga ideológica acumulada contra o marquês de Pombal nos últimos 250 anos, é preciso explicitar – ou, pelo menos, é útil, para o estudo da nossa Independência – o seu significado histórico.

Em 1882, discursando em homenagem ao centenário do marquês de Pombal, o nosso Rui Barbosa disse que o “defeito real” do estadista português “consistia em ser descompassadamente superior à sociedade a que o nascimento o condenara” (cf. Rui Barbosa, *Obras Completas*, vol. IX, tomo 2, p. 220).

Lembrou Rui que “em 1772, por um só ato, [Pombal] instituiu 837 cadeiras públicas de instrução primária e secundária” e comentou: “Imaginai, no meio do marasmo nacional daquele tempo, o arrojo inconcebível dessa medida, que inaugurava a escola essencialmente popular, firmando o princípio da gratuidade do ensino”.

“Quatro anos antes”, continuou Rui Barbosa, “principiara esse impulso com a reforma da Universidade de Coimbra. Por toda a superfície da península, a instrução científica não existia. Em 1786 um célebre escritor castelhano, comparando as matemáticas à alquimia, ufanava-se da ignorância delas em sua pátria, como sinal irrefragável da sua superioridade sobre as outras nações. Nos meados desse século não havia em toda a Espanha um químico prático. Mais de cento e cinquenta anos depois de Harvey ainda se desconhecia ali a circulação do sangue. A Universidade de Salamanca, em 1771, recusara entrada, pública, desdenhosa e terminantemente, aos descobrimentos de Newton, Gassendi e Descartes, por se não coadunarem com Aristóteles. Em Portugal os estudos universitários vegetavam sob a rotina teológica, do mesmo modo como os colégios eram monopólio

das ordens religiosas, e as raras escolas primárias não passavam, digamos assim, de estabelecimentos diocesanos, sob a direção dos clérigos e a inspeção dos bispos” (Rui Barbosa, op. cit., pp. 218-219, grifo nosso).

E, resumindo a reforma pombalina em Coimbra:

“Num breve espaço de tempo, surgiram oitenta cadeiras de ciências, de humanidades, de artes de aplicação; estabeleceu-se um observatório; levantaram-se museus de história natural, de instrumentos químicos, de medicina. (...) Ele [Pombal] discerniu admiravelmente o automatismo da pedagogia jesuítica; empreendeu seriamente libertar a instrução da curatela clerical; reconheceu à ciência a sua dignidade no ensino; aos professores cometeu contra a sua época o absurdo monstruoso de estender foro de fidalguia, e iniciou o pensamento, praticado hoje em grande escala pelos povos mais livres, digno de adoção em todos, de um imposto que constitua o patrimônio inviolável da instrução popular” (Rui Barbosa, idem, pp. 219-220).

Aqui, correndo mais uma vez o risco de alongarmo-nos demasiado em uma citação, se poderá sentir o motivo de todo o ódio que Pombal suscitou entre a sebosa, falida, arrogante – e, ao mesmo tempo, subserviente – aristocracia e seus porta-vozes literários:

“Sua audácia centuplica-se em altanadas criações, uma após outras. Dá para a liberdade da palavra e a emancipação da imprensa o primeiro passo, secularizando a censura, e abolindo o *Índice* [o *Index Librorum Prohibitorum* da Igreja Católica]. Leva a ação repressiva das leis ao recesso, até então inviolável, dos conventos, fazendo penetrar a justiça nas enxovias monásticas, antigo receptáculo de perversidades indescritíveis. Extingue, em matéria tributária, as imunidades clericais. Da infinidade de confrarias que, em prejuízo do trabalho e dos costumes públicos, inundavam o reino, deixa apenas quatro. Põe termo peremptoriamente à ignomínia de uma especulação inveterada, que se praticava com as filhas das melhores famílias brasileiras, expatriadas daqui sob o pretexto de educarem-se, para se condenarem na metrópole à torpe clausura dos conventos. Contém o abuso dos legados a estabelecimentos religiosos, monomania geral, que explorava as famílias, nutrindo a ociosidade e o fanatismo. Amplia as leis de amortização. Desfecha golpe fatal na instituição dos morgados. Acaba com a iniquidade da prisão por dívidas contra os devedores de boa-fé. Proclama a nobreza da profissão comercial, para cujo desenvolvimento se esforça, com a sua eficácia habitual, instituindo o ensino dessa especialidade. Inaugura o princípio da concorrência e igualdade de todos os cidadãos perante os cargos do Estado, abolindo o *direito consuetudinário*, que consagrava a hereditariedade dos empregos” (Rui Barbosa, idem, pp. 220-221).

DIPLOMACIA

Pombal não era homem de encenações ou de medidas ilusórias. Não hesitou em executar o duque de Aveiro, os marqueses de Távora e o conde de Atouguia, em 1759,



Rio de Janeiro nos anos 1800, de Alessandro Cicarelli. Acervo Pinacoteca do Estado, SP

para quebrar a resistência feudal à sua política (não estamos, aqui, discutindo a culpabilidade pessoal, ou não, dos sentenciados; é evidente que o atentado contra D. José I, pelo qual foram condenados, foi uma forma desesperada de resistência da alta nobreza; mesmo a revisão do processo, após a queda de Pombal, não conseguiu, apesar de todos os esforços da Corte – e da rainha, D^a Maria I – chegar a uma absolvição geral; v. os documentos em “O Processo dos Távoras”, publicado pela Biblioteca Nacional de Portugal, Lisboa, 1921).

Também não hesitou em proibir os “autos de fé” da Inquisição e a condenação à morte por motivos religiosos, em expulsar os jesuítas de Portugal – e do Brasil – e até o Núncio, isto é, o embaixador do Papa (a propósito, em 1768, respondendo ao governo inglês, que se queixava de sua política de estabelecer companhias comerciais de caráter estatal no Pará e no Maranhão, refere-se Pombal aos “sertões habitados por homens brutos, e silvestres, que os jesuítas conservavam na infeliz ignorância de que havia outros homens civis, que andavam vestidos, e calçados. (...) não podia haver agricultura, nem comércio; mas tão somente escravidão, calamidades, e misérias (...). Antes da dita companhia não foram, nem podiam ir ao Maranhão naquelas circunstâncias os 15, ou 16 navios cada ano, como se alega; muito pelo contrário só 3, 4 até 5 pequenas, e insignificantes embarcações iam anual ou bienalmente buscar os cacaus, e mais frutos silvestres, que os jesuítas faziam extrair dos sertões mais remotos pelos índios nus, e descalços, que gemiam debaixo do jugo da sua escravidão; e trazer cabedais, que os mesmos jesuítas portugueses remetiam pelos ditos sertões, a outros jesuítas, espanhóis de muito remotas distâncias” - cf. “*Cartas e Outras Obras Selectas do Marquês de Pombal*”, Tomo II, 5ª ed., Costa Sanchez, Lisboa, 1861, pp. 23-24).

A reforma universitária de Pombal, para eliminar a escolástica medieval, que sufocava o ensino português, foi radical: ele demitiu todos os professores – a maior parte eram jesuítas – e admitiu outros (um pequeno resumo da reforma pombalina é o de Eunicélia de Fátima Carneiro da Silva em “*Memória sobre a Vida, Obra e o Pensamento Político-Jurídico de José Bonifácio de Andrada e Silva (1783-1823)*”, Universidade de Coimbra, 2015; o texto é importante, mesmo que, em sua consideração sobre o “estatismo e regalismo” de Pombal, seja claramente conservador).

Vejamos agora a questão da dependência em relação à Inglaterra, através do que poderia ser um incidente pequeno – em um governo de mais de duas décadas.

Depois que, em mar territorial lusitano, a marinha inglesa atacou navios franceses – que eram, na Guerra dos Sete Anos, inimigos da Inglaterra, mas não de Portugal – escreveu Pombal (na época, conde de Oeiras) a William Pitt, primeiro-ministro da Inglaterra:

“Eu sei que o vosso gabinete tem tomado um império sobre o nosso; mas sei também que já é tempo de o acabar; se meus predecessores tiveram a fraqueza de vos conceder tudo quanto queríeis, eu nunca vos concederei senão o que devo. É esta a minha última resolução; regulai-vos por ela” (cf. “*Cartas e Outras Obras Selectas do Marquês de Pombal*”, Tomo I, ed. cit., p. 5).

Na carta seguinte para Pitt, diz o futuro marquês de Pombal:

“Eu rogo a v. ex. que me não faça lembrar das condescendências, que o governo português há tido com o governo britânico; elas são tais, que não sei que potência alguma as haja tido semelhantes com outra. Era justo que essa autoridade acabasse alguma vez, e que fizessemos ver a toda a Europa que tínhamos sacudido um jugo estrangeiro. Não o podemos melhor provar do que pedindo ao vosso governo uma satisfação que por nenhum direito nos deve negar. A França nos consideraria no estado de maior fraqueza se lhe não dessemos alguma razão do estrago que sofreu a sua esquadra em as nossas costas marítimas, onde por todos os princípios se devia julgar em segurança.”

Na terceira carta a Pitt, então, encontra-se o mais nítido – e, convenhamos, dramático – retrato de Portugal após o Tratado de Methuen:

“Vós fazeis bem pequena figura na Europa, quando nós já a fazíamos mui grande. Vossa ilha apenas formava um pequeno ponto, sobre a carta geográfica, ao passo que Portugal quase a enchia toda com seu nome.

“Nós dominávamos em Ásia, África, e América, e entretanto vós não domináveis senão em uma pobre ilha da Europa: vosso poder era do número daqueles que só podia aspirar aos da segunda ordem; mas por os meios que vos temos dado, pudestes elevar-vos a uma potência da primeira ordem. Vossa fraqueza física vos privava de estender vosso domínio além dos limites da vossa ilha: porque para fazer conquistas vos era necessária uma grande armada; mas para ter uma grande armada é

preciso poder-lhe pagar, e vós não tínheis o numerário para isso. Os que tiverem calculado vossas qualidades naturais no tempo da grande revolução da Europa devem ter visto que não tínheis então com que sustentar seis regimentos de infantaria. Nem o mar, que se pode reputar vosso elemento, vos oferecia então maiores recursos: apenas podíeis equipar vinte navios de guerra.

“Há cinquenta anos a esta parte tendes tirado de Portugal mil e quinhentos milhões, soma enorme, e tal, que a história não aponta igual com que uma só nação tenha enriquecido outra. O modo de haver estes tesouros vos tem sido mais favorável ainda, que os mesmos tesouros: porque é por meio das artes [isto é, da produção manufatureira] que a Inglaterra se tem tornado senhora de nossas minas, e nos despoja, regularmente de seu produto.

“Um mês depois que a frota do Brasil chega, já dela não há uma só moeda de ouro em Portugal; grande utilidade para Inglaterra, pois que continuamente aumenta sua riqueza numérica: e a prova é, que a maior parte de seus pagamentos de banco se fazem com o nosso ouro, por efeito de uma estupidez nossa, de que não há exemplo em toda a história universal do mundo econômico.

“Assim permitimos nós, que nos mandeis nosso vestuário, bem como todos os objetos de luxo, que não é pouco considerável; e assim, damos emprego a quinhentos mil vasallos del-rei Jorge, população, que à nossa custa se sustenta na capital de Inglaterra.

“Também são vossos campos os que nos sustentam; e são vossos lavradores os que substituem os nossos, quando em tempos antigos éramos nós quem vos fornecia os mantimentos; mas a razão é que enquanto vós roteáveis vossas terras, deixávamos nós ficar as nossas sem cultura.

“Contudo se nós somos os que vos temos elevado ao maior grau de vossa grandeza, também nós somos os únicos que dele vos podemos derribar. Muito melhor podemos nós passar sem vós, do que vós podeis passar sem nós: uma só lei pode transtornar vosso poder, e diminuir vosso império. Não temos mais do que proibir com pena de morte a saída de nosso ouro, e ele não sairá.

“Verdade é que a isto podeis responder-me que, apesar de todas as proibições, ele sempre sairá, como tem saído, porque vossos navios de guerra têm o privilégio de não serem registrados na sua saída: mas não vos enganéis com isso: se eu fiz com que se degolasse um duque de Aveiro, porque atendeu contra a vida del-rei Nosso Senhor, mais facilmente farei enforcar um dos vossos capi-

tães por levar sua efígie contra o determinado por a lei.

“Há tempos em que nas monarquias um só homem pode muito. Vós sabeis que Cromwell, em qualidade de protetor da república inglesa, fez morrer o irmão do embaixador del-rei fidelíssimo: sem ser Cromwell eu me sinto também com poder de imitar o seu exemplo, em qualidade de ministro, protetor de Portugal. Fazei logo o que deveis, que eu não farei tudo quanto posso.

“Em que viria a parar a Grã-Bretanha se por uma vez se lhe cortassem as fontes das riquezas da América? Como pagaria ela suas tropas de terra, e de mar: e como daria a seu soberano os meios de viver com o esplendor de um grande rei? E mais ainda: donde tiraria ela os subsídios com que paga às potências estrangeiras para apoiarem a sua?

“Um milhão de vassallos ingleses perderia em um momento a sua subsistência, se de repente para eles acabasse a mão de obra de que se sustentam; e o reino de Inglaterra passaria por certo a grande estado de miséria, se esta origem de riquezas lhe faltasse. Portugal não precisa mais, do que regular seu sustento: e fazendo assim, a quarta parte da Inglaterra morrerá de fome.

“Bem verdade é, que me podeis dizer que a ordem das coisas não se muda tão facilmente como se diz; e que um sistema estabelecido depois de muitos anos não se muda em uma hora: assim é; porém posso-vos responder, que não deixando eu perder a ocasião oportuna de preparar esta reforma, não me é difícil no entanto estabelecer um plano de economia que conduza ao mesmo fim.

“Há muito tempo que a França nos convida para lhe recebermos suas manufaturas de lã: e se as recebermos, que será das vossas? Também a Barberia [*costa dos atuais Marrocos, Argélia, Tunísia e Líbia*], que abunda em trigos, no-lo pode fornecer por o mesmo preço: e então vereis com extrema mágoa como vossa marinha gradualmente se extingue. Vós, que tão versado sois na política do ministério, sabeis muito bem que a marinha mercante é o viveiro de oficiais e maruja da marinha real; e só com esta, e aquela, tendes feito toda a vossa grandeza.

“A satisfação que vos peço é conforme com o direito das gentes. Sucede todos os dias que os oficiais de mar, e terra, façam por zelo, ou ignorância, o que não deviam fazer; é portanto a nós que pertence o puni-los e fazer emendar, e remediar os danos que eles têm causado. Nem se deve julgar que estas reparações ficam mal ao Estado que as faz: ao contrário, sempre é mais bem estimada aquela nação que de boamente se presta a fazer tudo o que é justo. Da boa opinião dependeu sempre o poder; e a força das nações” (idem, pp. 6-9).

Pode parecer estranho que um governante português dirigisse essas cartas ao primeiro-ministro inglês, não porque faltasse com a verdade, mas pela concepção adocicada e submissa que alguns têm, hoje, do que se chama “diplomacia”.

Pombal, no entanto, durante o reinado de D. João V, fora – durante sete anos – embaixador de Portugal em Londres. Jamais aprendeu inglês, mas conhecia bem a linguagem que a aristocracia inglesa entendia.

Depois desta última carta, a Inglaterra desembarcou em Lisboa um enviado especial – para pedir desculpas pelo ataque à esquadra francesa em mar português.

Continua na próxima edição

Protestos antirracistas de jogadores se alastram pelos Estados Unidos



Colin Kaepernick (ao centro) iniciou movimento a partir de agosto do ano passado
Casa Branca a Porto Rico devastada pelo furacão: “paguem os bancos”

Porto Rico ainda nem começou a se recuperar da passagem do furacão Maria, com a infraestrutura destruída, dezenas de mortos, e população sem água potável e na escuridão, o que deverá perdurar por dias e semanas, e a grande preocupação do presidente Trump, conforme tuitada que cometeu e está provocando indignação, é com “a dívida massiva”. Colônia dos EUA há mais de um século sob a fachada de “estado livre associado”, Porto Rico teve a bancarrota decretada com dívida de US\$ 70 bilhões, e está sob intervenção para garantir o pagamento a Wall Street. Como de costume, Trump fez um arroteio,

dizendo que o Texas e a Flórida “estão indo bem”, mas que Porto Rico, “que já padecia com uma infraestrutura quebrada e por uma dívida massiva, está em profundos problemas”. E continuou: “Grande parte da Ilha foi destruída, com bilhões de dólares ... devidos a Wall Street e aos bancos que, infelizmente, devem ser tratados”. O que levou a prefeita da capital, San Juan, Carmen Yulín Cruz, a retrucar que “não se coloca a dívida acima das pessoas, se coloca as pessoas acima da dívida”, retrucou.

Lembrando que há “uma crise humanitária” onde “milhares de pesso-

as casas, para descobrir que não há casa para retornar”, Cruz aconselhou Trump a “evitar esse tipo de gafe”. Ela acrescentou que “quando há uma situação de vulnerabilidade extrema, há um imperativo moral e humano a ser resolvido antes de qualquer coisa”.

Já o governador da colônia, perdão, estado livre associado, Ricardo Rosselló pediu a Trump que “aumente o apoio humanitário”. Para Brian Fallon, ex-porta-voz do Departamento de Justiça, “o negligenciamento” de Trump a Porto Rico “é racista e está ameaçando vidas. Está na hora de cuidar dessa crise”.



Francisco recebe refugiados no Vaticano Papa lança campanha em defesa dos refugiados e dos imigrantes

“Dou as boas-vindas aos migrantes, requerentes de asilo e refugiados, juntamente com os trabalhadores da Cáritas Italiana e de outras organizações católicas”, afirmou o Papa Francisco durante o lançamento de sua campanha internacional em defesa dos refugiados, realizado na quarta-feira (27), na cidade do Vaticano.

Para o pontífice, tanto a Itália quanto a Europa necessitam de uma nova lei migratória “mais adequada ao contexto atual” de grave crise. Ele ressaltou que é a esperança que leva os refugiados e migrantes a buscar uma vida melhor. É a esperança que leva todos a “partilhar a viagem da vida. A esperança é a virtude do pobre, do camponês, do trabalhador e do emigrante que se coloca a caminho, procurando um futuro melhor, bem como a de quem está aberto ao acolhimento, ao diálogo e ao conhecimento mútuo”.

A campanha foi intitulada “Partilhar a Viagem”, iniciativa que será desenvolvida nos cinco continentes, “abrindo os braços” da Igreja aos refugiados e migrantes, bem como buscando influenciar toda a sociedade a somar esforços para sanar a crise migratória. De acordo com o Papa, “acolher nossos irmãos e irmãs emigrantes e refugiados” é um pedido do próprio Jesus, disse em sua audiência pública semanal ocorrida na Praça de São Pedro.

Sobre a abertura da campanha, o Papa declarou-se “feliz”, comentando que trata-se de um esforço de “uma Igreja que procura ser aberta, inclusiva e acolhedora”. Ele também agradeceu aos promotores e organizadores da ação. “Obrigado a todos vós pelo vosso incansável serviço”, ressaltando o pedido para que os católicos levem aos migrantes e refugiados “um abraço sincero, um abraço afetuoso, um abraço envolvente”.

Governo saudita descriminaliza mulher ao volante em um ano

O governo saudita – o mais retrógrado do planeta em matéria de direitos da mulher – anunciou que a partir de junho de 2018 estará abolida a proibição de que as mulheres dirijam – o país ostentava o triste recorde de ser o único no mundo em que ainda existia proibição às mulheres no volante, mais de 130 anos após a invenção do automóvel. A violação da proibição era punida com prisão. Naturalmente, as motoristas terão de usar burca.

Entre as “justificativas” para manutenção da proibição, alegava-se que era “inapropriado” para a cultura islâmica e que poderia até levar ao colapso da família tradicional. Um clérigo chegou a garantir que

dirigir “causaria danos aos ovários”. Também era dito que os motoristas não saberiam como se comportar em relação às mulheres em carros próximos, e havia até quem temesse a “promiscuidade”. Apesar de ser campeão de violação de direitos humanos, a Arábia Saudita, com o apoio de Washington, desde 2015 preside a Comissão de Direitos Humanos da ONU.

Não está claro como vai funcionar a liberação, e como isso se relacionará com o sistema de tutela – as mulheres sauditas precisam da autorização de um homem da família para viajar, estudar e outros procedimentos. Em maio, o governo saudita admitiu certa atenuação dessas cadeias.

Bagdá não reconhece referendo dos Barzani e enviará tropas para polo petrolífero de Kirkuk

O governo de Bagdá anunciou o envio de tropas iraquianas para Kirkuk, a cidade que é o centro do pólo petrolífero do norte iraquiano e atualmente sob controle da milícia peshmerga do governo de Erbil, e com larga população árabe, turcomana e curda, numa das primeiras reações ao “referendo” convocado pelo regime Barzani, cujo mandato encerrou-se em 2013, mas segue no poder. O regime Barzani utilizou a disseminação do Estado Islâmico para aumentar em 40% o território sob seu controle. Bagdá exigiu ainda que Barzani entregue o controle da fronteira e dos dois aeroportos na região curda.

Agora Barzani diz que o “referendo”, feito sem qualquer controle e fiscalização, seria “consultivo”, para possibilitar abrir negociações com o governo central iraquiano. Desde a primeira campanha militar dos EUA no Golfo, nos anos 1990, o “curdistão” vem operando sob “autonomia”, mesmo com o governo Sadam, o que se aproveitou e agravou com a invasão por W. Bush.

Desde o final da I Guerra Mundial que a questão nacional curda

segue sem solução. O governo Sadam concedeu um status de autonomia dentro do Estado iraquiano e respeito ao uso do idioma curdo, cujo ensino e uso era proibido na vizinha Turquia.

O projeto de um “segundo Israel” no Oriente Médio vem sendo repudiado pelos governos da Síria, Iraque, Irã e Turquia – países que abrigam minorias curdas expressivas -, com a Rússia pedindo negociações e respeito à integridade territorial do Iraque e até mesurar em Washington sem assumir abertamente o projeto de secessão. Paralelamente ao “referendo”, outra milícia curda com suporte ianque vem encaminhando um enclave curdo no norte sírio. Apenas o governo Netanyahu apoiou o referendo. Na vizinha Turquia, extensão insurgente curda está em andamento, depois que o governo Erdogan rasgou os acordos de convivência.

O governo turco ameaçou intervir militarmente se a secessão se concretizar e cortar a exportação de petróleo, que passa hoje obrigatoriamente por dutos turcos e é vendido principalmente a Israel.



Visita ao monte Bektu: 66 países prestigiam o 5º Festival Internacional da RPDC

Uma viagem à Coreia Popular-2 (Com os próprios olhos e com a própria cabeça)

ROSANITA CAMPOS

Voltamos a Pyongyang radiantes com a natureza que caprichou no monte Bektu e no lago Chon, e com Kim Il Sung, por seu patriotismo e sensibilidade com seu povo ao ter transformado o lugar histórico merecidamente em orgulho dos coreanos como seu monte ancestral, sede e base da luta vitoriosa de todo o povo contra a escravidão e a dominação estrangeira. Não por acaso, apenas 5 anos depois da expulsão do Japão do solo coreano, Kim Il Sung e a RPDC foram capazes de, com a genialidade de estrategista militar do grande líder, derrotar os EUA na famigerada Guerra da Coreia (1950-1953) obrigando os EUA a assinarem um armistício que esse país imperialista agressor jamais aceitou transformar em um acordo definitivo de paz como propôs por Kim Il Sung e depois reiterou Kim Jong Il.

Para a alegria dos brasileiros, do PPL e minha, da Ana Claudia e da Maíra em particular, o camarada Claudio Campos ocupa hoje um lugar de honra no Museu da Vitória na Guerra da Coreia onde foi colocada com destaque uma foto dele ao lado de Kim Il Sung. Esse museu, um dos mais importantes da RPDC, ficou alguns anos fechado para reformas,

foi modernizado e revitalizado e está hoje novamente aberto à visitação pública. O museu fica na capital do país, é um importante centro de estudos históricos da luta anti-imperialista e retrata em detalhes a luta dos coreanos contra a invasão norte-americana à Coreia. Consideramos uma justa homenagem dos coreanos ao Claudio e ao Brasil, um justo reconhecimento aos esforços do Claudio em apoio à luta da Coreia socialista durante toda sua vida desde os tempos da ditadura.

Toda a delegação estrangeira ficou, como eu, muitíssimo bem impressionada com a visita ao “Palácio das Ciências e Tecnologias” e com o encontro com cientistas, técnicos e funcionários do setor da Administração Nacional do Desenvolvimento Aeroespacial. O Palácio é um enorme complexo de edifícios recentemente inaugurado e de moderna e belíssima arquitetura nacional às margens do rio Dedong.

Durante as atividades do Festival algumas personalidades estrangeiras foram recebidas no Palácio dos Congressos Mansudae, sede da Assembleia Nacional Popular Suprema, para serem condecoradas pelo governo por seus trabalhos de solidariedade à RPDC

(Continuação da edição anterior)

e sua luta anti-imperialista. Fiquei imensamente honrada e agradecida por estar entre essas pessoas. Também recebi um prêmio e um diploma do Comitê de Relações Culturais com o Estrangeiro por minhas atividades literárias.

SISTEMA DE SAÚDE

Já às vésperas de voltar para casa tive outra grata surpresa, involuntariamente conheci o sistema de saúde dos coreanos. Impecável. Fui atendida por médicos e enfermeiros, pois não me senti bem. Meu problema não era nada mais que muito cansaço depois de tantas atividades sem intervalos depois de uma longa viagem a partir do outro lado do mundo, mas os coreanos ficaram preocupados e apesar da minha negação e apesar de insistirem e me levaram ao hospital. Eu não tinha nada que uma boa noite de sono não resolvesse, mas eles são criteriosos e consideram que em primeiro lugar está a saúde. Fiquei feliz em ver como o povo coreano é tão bem tratado pelo sistema público e gratuito de saúde, agradecida pela atenção a mim dispensada e segura de que lá nenhum estrangeiro precisará de um caro seguro-saúde para ser bem atendido gratuitamente pelo sistema de saúde do governo socialista da República Popular Democrática da Coreia.

(Continua na próxima edição)

Ofensas de Trump não intimidam jogadores de futebol americano que repudiam assassinatos de negros por policiais racistas. Manifestações já se estendem ao basquete, ao baseball e a artistas

As ofensas e ameaças de Trump contra os jogadores de futebol americano que têm protestado contra o assassinato de negros desarmados por policiais racistas, com um joelho tocando o chão durante a execução do hino, ao invés de intimidar e paralisar o movimento, isolou o presidente bilionário, que chegou a se referir aos jogadores como “filhos da puta” e a exigir “a demissão” deles. Os protestos se estenderam a mais equipes, chegaram ao basquete (NBA), ao baseball e inclusive a artistas como Steve Wonder. 75% dos jogadores da NFL – a liga de futebol americano – são negros.

Nos últimos anos, a luta contra a impunidade de policiais racistas que matam negros desarmados vem conflagrando os EUA, desde o escândalo do assassinato do jovem Michael Brown, tristemente famoso pelo “mãos ao alto, não atire”, trazendo para a luta contra o racismo toda uma nova geração no movimento Vidas de Negros Importam. Foi nesse contexto que um dos maiores craques do esporte, Colin Kaepernick, do San Francisco 49ers, iniciou ainda no último ano de mandato de Obama ‘o protesto do joelho’, e foi colocado na lista negra pelos proprietários dos times da NFL, estando sem contrato na atual temporada. Nos EUA, onde o esporte é privatizado, todo time tem um dono.

Não é a primeira vez que atletas se levantam contra o racismo e a opressão. Nos anos 1960, o gesto do punho erguido dos Panteras Negras se repetiu muitas vezes nos estádios e pistas de atletismo; o grande Muhammad Ali ficou sem o cinturão de campeão por se recusar a lutar na guerra de agressão ao Vietnã. Meio século depois, foi a vez de Kaepernick: seu exemplo frutificou e começou a ser seguido por outros jogadores, ainda sem tanta repercussão e ele virou capa da Time.

MANÍACO DO TWITTER

Mas o que fez o movimento explodir foi exatamente a intervenção de Trump, que em 30 horas cometeu 20 tuitadas procurando se criar em cima do protesto, que chegou a caracterizar como coisa de negros “ingratos” e “pagos em excesso”. Isso num momento em que ameaçava ir à guerra contra a Coreia, rasgar o acordo com o Irã, com Porto Rico devastado pelo terceiro furacão no Golfo em poucos dias e, portanto, não faltava com o que se preocupar.

Se a ideia era coesionar sua base de débeis mentais – os ‘supremacistas brancos’ - com perorações sobre negros que não respeitam o hino e desviar os holofotes dos seus fracassos, o tiro saiu pela culatra. Que Trump achava que poderia ter algum ganho político provocando a comunidade afroamericana parece evidente, já que ele também dirigiu suas baterias contra os jogadores do basquete. Anunciou que estava retirando o convite para receber na Casa Branca o time vencedor do campeonato da NBA, os Golden State Warriors, porque um dos seus cra-

ques, Stephen Curry, dissera estar contra ir.

O outro craque do time, LeBron James, se solidarizou com Curry e repeliu a pressão de Trump. O ex-astro do basquete Michael Jordan, que sempre evitou polêmicas, assumiu a defesa de Kaepernick, dizendo que quem exerce o direito de se expressar pacificamente “não deve ser demonizado ou posto no ostracismo”. Na semana passada, o protesto chegou à liga do baseball, com o jogador Bruce Maxwell se ajoelhando durante o hino.

“ESTÁ DEMITIDO!”

Na mesma semana, em um comício no Alabama, Trump havia agulado seus seguidores: “você não gostaria de ver um desses proprietários da NFL, quando alguém não atende a bandeira, mandar o filho da puta para fora do campo, dizer que está demitido?”. Como resposta, seus cabos eleitorais urraram “USA! USA! USA!”. Mas o que ele conseguiu foi se isolar até dos donos de time, que haviam doado à campanha dele US\$ 8 milhões, e acharam conveniente sair em defesa de seus craques e equipes. Até cantores que interpretam o hino na abertura dos jogos passaram a fazer o protesto do joelho, como em Detroit e Nashville. O dono do Dallas Cowboy, Jerry Jones, se ajoelhou junto com toda a sua equipe e treinadores.

Trump chegou até mesmo a conchamar por um boicote dos jogos de futebol americano, para forçar os donos de time a demitirem os jogadores que estão protestando. “Você não pode ter pessoas desprezando nosso hino nacional, nossa bandeira, nosso país, e é isso que eles estão fazendo”, voltou a dizer em entrevista. Também tentou tirar uma casquinha da popularidade dos pilotos da Nascar (automobilismo), mas no dia seguinte foi rechaçado pelo ídolo das pistas Dale Earnhardt Jr. Não teve melhor sorte ao tentar se escorar no jogador de futebol americano Pat Tillman, que após o 11 de Setembro resolveu se alistar para combater no Afeganistão, onde morreu por ‘fogo amigo’. Acabou admoestado pela viúva do jogador, Marie, que asseverou que seu marido tinha morrido “para proteger o direito de protestar pacificamente”.

Quando se recusou a ficar de pé para a execução do hino dos EUA em agosto de 2016, Kaepernick afirmou que “não ia mostrar orgulho pela bandeira de um país que oprime os negros”. Ele acrescentou que seu protesto era “maior do que o futebol” e seria egoísta da parte dele “virar a cara para o outro lado”, enquanto havia “corpos na rua” e os assassinos se safavam impunes e com paga. O alvo não era Trump, mas a impunidade dos policiais racistas assassinos, mas como ele resolveu chamar a bronca para si mesmo, agora que aguenta. A hashtag #TakeTheKnee (#ToqueComJoelho) não para de se espalhar nas redes sociais e de receber novas adesões, para azar do aprendiz de feiticeiro e encenador contumaz Trump.

ANTONIO PIMENTA

Encontro Mundial “50 anos do Che na Bolívia” reafirma luta anti-imperialista

nymaq

Presidente Evo Morales confirmou presença na série de atividades e homenagens, ao lado dos filhos do guerrilheiro que tombou pela liberdade

Com debates, exposições culturais e mostras musicais, lideranças políticas, artistas, intelectuais e representantes de movimentos sociais participarão, em Vallegrande, de 5 a 9 de outubro, do Encontro Mundial “50 anos do Che na Bolívia”, sublinhando seu legado anti-imperialista e de amor à Humanidade.

O presidente Evo Morales, os quatro filhos de Ernesto “Che” Guevara (Aleida, Célia, Camilo e Ernesto) e delegações de diversos países confirmaram presença nas homenagens ao guerrilheiro heróico, que após contribuir com a libertação de Cuba e auxiliar na luta contra o colonialismo no Congo, tombou combatendo o domínio estadunidense no Continente.

“A Pátria e a soberania são defendidas com a vida”, sublinhou o presidente boliviano, citando o “exemplo revolucionário”, de entrega e abnegação com que Che enfrentou os inimigos das nossas nações e povos. “Por isso, estará sempre presente conosco, é nossa inspiração de luta, de trabalho e, sobretudo, de esperança para as futuras gerações”, frisou. Para Evo, “Che vive na luta dos povos do mundo porque, sem se importar com fronteiras, combateu as injustiças do imperialismo”.

Entre outros pontos, os

participantes vão debater como as concepções profundamente humanistas e revolucionárias do Che estavam alicerçadas em valores essenciais como o enfrentamento a toda e qualquer forma de opressão política e econômica, de defesa intransigente da igualdade e da solidariedade entre os indivíduos e povos.

TÂNIA

O líder boliviano também recordou a dedicação e o desprendimento da única mulher na guerrilha de Che, a combatente germano-argentina Tamara Bunke Bider – que ficou conhecida como Tânia –, assassinada no dia 31 de agosto de 1967, durante uma emboscada no Rio Grande.

“Realizaremos uma grande manifestação de massas, com milhares de pessoas, na pista do aeroporto de Vallegrande para relembrar. Porque foi ali, ao lado da pista, que em junho de 1997 os restos de Che e de outros guerrilheiros foram encontrados em uma vala comum”, declarou o vice-ministro da Coordenação com os Movimentos Sociais, Alfredo Rada.

“Jovens das novas gerações do Chile, Peru e Argentina e de várias partes do mundo confirmaram presença no evento”, informou a ministra da Cultura, Wilma Alanoca, dando ênfase na disposição

das delegações de fazer do encontro um “marco na luta anti-imperialista”.

Para o cantor e compositor cubano Silvio Rodríguez, que dedicou várias de suas canções a Che, como “A era está parindo um coração” e “Fuzil contra fuzil”, “é preciso compreender a dimensão de sacrifício deste homem, sua ideia de internacionalismo como ato supremo de solidariedade, como expressão máxima da condição humana”. “Porque Ernesto Guevara não teve interesses mesquinhos: foi um inconformado radical, um iconoclasta que pôs sua própria pele à frente para dar um sentido superior, maior que a sua própria vida, a vida de todos. Por isso tem sido lucidez inspiradora de atos, poemas e canções em muitos momentos e lugares. Esta é a razão dos jovens do mundo o levarem como emblema. Por isso, os cubanos andamos com seu espírito de solidariedade em atividades na saúde, educação, cultura, esporte e amizade entre os povos”, concluiu Silvio.

Com o apoio de professores e do método cubano “Sim, eu posso”, a Bolívia erradicou desde 2008 o analfabetismo e na área da saúde tem obtido avanços excepcionais contando com a presença de centenas de médicos da Ilha caribenha, que também acolheu cinco mil jovens bolivianos para estudar na Escola Latino-Americana de Medicina (ELAM).

LEONARDO SEVERO



Lideranças de todo o planeta homenagearão luta e exemplo de Ernesto Guevara de la Serna

Política, cultura e arte marcam evento em Vallegrande

Cidade acolhe as atividades entre os dias 5 e 9 de outubro

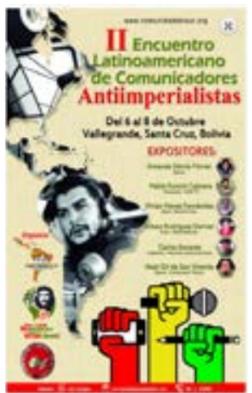
A cidade de Vallegrande sediará inúmeras atividades políticas, artísticas e culturais entre os dias 5 e 9 de outubro, como o Congresso de Medicina Social “Homenagem Mundial ao Dr. Ernesto Guevara”, o Encontro Mundial do Pensamento Guevarista e o II Encontro Latino-americano de Comunicadores Anti-Imperialistas.

Com apoio dos movimentos sociais, o Mi-

nistério da Cultura está organizando atividades de pessoas durante as homenagens. Fazem parte da agenda: Acampamento Internacionalista, Feira Gastronômica e Artesanal e Mostra Internacional ‘O Che visto desde o Cinema’.

Visitas guiadas em Vallegrande (Mausoléu do Che, Sepultura dos Guerrilheiros e Lavanderia do Hospital Senhor de Malta) e em La

Higuera (Museu “Escola Ernesto Che Guevara”, Quebrada del Churo, Monumento a Coco Peredo, Miguel Hernández e Julio Gutiérrez), Exposição de Mostras fotográficas e pintura, Oferenda Floral a Tânia, na Fossa dos Guerrilheiros; finalizando com a Marcha Anti-imperialista em homenagem a Che e aos Guerrilheiros e o Ato Central pelos “50 anos do Che na Bolívia”.



Na pauta, a democratização dos meios de comunicação

Macri decide depositar o ouro da Argentina nos cofres da Inglaterra

Diz que deixar usurpadores das Malvinas tomar conta do que é argentino trará ‘investimentos’

Em mais uma manobra antinacional, o governo de Mauricio Macri tirou reservas em ouro do Banco Central que equivalem a uma soma de 462 milhões de dólares e, com a esfarrapada justificativa de que é um ‘investimento’ para obter rentabilidade no mercado internacional, as enviará para Londres, fazendo com que a custódia fique em mãos da Inglaterra.

O transporte do ouro argentino já seria um escândalo de abdicação de soberania por si só e, é mais ainda, quando isso vai para um país que ocupa militarmente e de maneira ilegal e ilegítima parte do território argen-

tino, as ilhas Malvinas.

Além disso, como vários setores políticos e sociais denunciam, agora o dinheiro corre o risco de ser embargado por fundos abutres e credores de dívidas duvidosas no mercado financeiro, que como se sabe são os protegidos nas arbitragens internacionais em detrimento dos países, particularmente aqueles que não estão entre os denominados ‘centrais’.

O ouro tinha sido adquirido em 2012 durante a presidência de Cristina Kirchner e na gestão de Mercedes Marcó Del Pont, no Banco Central. Na atualidade constituía

um esteio de segurança frente à instabilidade financeira que o país vive. Del Pont assinalou que a medida põe em xeque a soberania econômica argentina.

E a forma de envio dos lingotes que custará US\$ 140.000 é bizarra. O metal se transportará fisicamente em aviões transatlânticos em vôos regulares. Dada a magnitude da carga, se repartirão os lingotes em dois embarques de cerca de 5.000 quilos cada (umas 500 barras) que ocuparão um quarto da carga total que podem armazenar as aeronaves. Cada envió custará US\$ 70.000.

SUSANA SANTOS

México: marcha pede investigação sobre o desaparecimento dos 43 normalistas

Em meio à tensão gerada pelos terremotos acontecidos nos dias 7 e 19 de setembro, milhares de pessoas se manifestaram na Cidade do México, na terça-feira passada, para exigir respostas sobre o desaparecimento dos 43 estudantes normalistas do vilarejo de Ayotzinapa e que foram presos pela polícia no dia 26 de setembro de 2014 ao se manifestarem no município de Iguala, no estado de Guerrero, e entregues a narcotraficantes por ordem do prefeito e sua mulher que faziam um ato eleitoral. Em seguida, ao que tudo indica, foram chacinados, tendo seus corpos calcinados, envolvidos em sacos e jogados num rio.

No final da marcha, os familiares dos estudantes agredidos realizaram um ato no chamado “antimemorial” dos 43, escultura feita na Avenida Paseo de la

Reforma, donde sublinharam que não vão deixar de lutar até chegar à verdade sobre o que aconteceu com os seus filhos.

Os pais dos 43 normalistas desaparecidos há três anos destacaram a importância do apoio da sociedade civil para continuar sua luta, e chamaram todos a se solidarizarem com os danificados pelos tremores que vitimaram mais de 330 pessoas.

“Hoje fazem três anos dessa covarde agressão contra nossos jovens, três anos de luta, e não temos nada! Não conseguimos que este governo safado encontre onde estão nossos filhos”, disse Emiliano Navarrete, pai de um dos normalistas desaparecidos.

Destacou que a solidariedade com sua luta “é o que tem nos mantido de pé e firmes, e por isso vamos chegar até as últimas consequências. Peço-lhes

de coração que continuem nos apoiando. Eu conheci uma grande família, que são vocês”.

Com as palavras “Não estão sós, não estão sós” por parte da multidão, Mario González – outro dos pais dos estudantes desaparecidos – afirmou que os familiares dos 43 sentem como própria a dor daqueles que perderam seres queridos no tremor de 19 de setembro passado.

“Estamos com eles. Essa dor a fazemos nossa e a sentimos nossa porque há pessoas sob os escombros e pessoas mortas, que em seu momento se mobilizaram pelos 43 normalistas, que nos acompanharam nas marchas. E independente disso, como ser indiferente a essa dor, como não nos solidarizarmos com essa gente e com a luta para que o governo assuma seu papel”, frisou.

Povo toma as ruas contra corrupção do presidente guatemalteco e exige saída

Manifestações crescentes tomam as ruas da Guatemala para condenar os crimes de corrupção do presidente Jimmy Morales e exigir sua imediata saída.

A praça central ficou lotada na segunda-feira depois que se soube das manobras do atual presidente e ex-comediante, Jimmy, acusado de financiamento ilegal em sua campanha de eleitoral de 2015 e lavagem de dinheiro – quando era secretário-geral do seu partido – pela Cicig (Comissão Contra a Impunidade na Guatemala), comissão composta por magistrados de várias nacionalidades e dirigida pela Organização das Nações Unidas (ONU).

A Cicig também denuncia o envolvimento do filho e do irmão do presidente, José Manuel Morales e Samuel Morales, nas crimino-

sas negociatas.

Diante da crescente pressão de um povo que há dois anos pôs para correr o seu antecessor, Otto Pérez Molina, Jimmy Morales vem tentando expulsar do país os membros da Comissão, o que foi prontamente barrado pela Justiça.

Na queda de braço, o Ministério Público e a Procuradoria da Guatemala levaram a denúncia contra Morales à Corte Suprema de Justiça que, dando tramitação ao caso, o levou para ser analisado pelo Congresso, onde Morales subornou os parlamentares e barrou a investigação. Apesar dos crescentes protestos, a oposição conseguiu apenas 25 dos 129 votos necessários para que o processo seguisse em frente.

Até abril, quando ainda não havia sido citado pela Cicig, Jimmy Morales vinha defendendo a



Presidente é investigado por financiamento ilegal de campanha

sua permanência no país centro-americano. Tanto é assim que viajou até a ONU para pedir que se ampliasse o mandato da Comissão até 2019, devido “ao seu excelente desempenho em conjunto com as instituições de justiça guatemaltecas, onde conquistaram importantes avanços na luta contra a corrupção”.

Dando continuidade aos sucessivos governos neoliberais, subservientes a Washington, o atual presidente tenta abafar

toda e qualquer denúncia sobre a intervenção da CIA e da United Fruit Company, em 1954, na derrubada do governo democrático de Jacobo Árbenz. A deposição de Árbenz teve trágicas consequências não só para o país, como para toda a América Latina. Superadas longas décadas de ditadura, que deixaram um saldo de mais de 250 mil mortos e desaparecidos, o país segue sendo dirigido pelos interesses estadunidenses.

Irã lança novo míssil para elevar poder dissuasivo

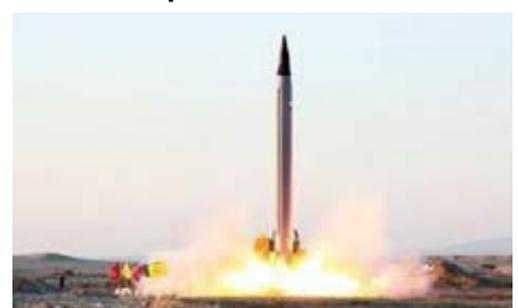
O governo iraniano anunciou ter lançado “com êxito”, no último sábado, um míssil balístico com alcance de dois mil quilômetros, difundindo em cadeia nacional de televisão as imagens da prova.

“Aumentaremos nosso poder militar como um fator dissuasivo, reforçaremos nossa capacidade de mísseis. Não vamos pedir perdão a ninguém para defender o nosso país”, afirmou o presidente do Irã, Hassan Rouhani, frisando que o país aumentará sua capacidade também nas forças terrestres, aéreas e

marítimas.

Na sexta-feira (22), durante um desfile militar na capital, Teerã, que marcou o início do Muhárram, o primeiro mês do calendário lunar islâmico, o presidente reiterou a natureza defensiva de suas armas diante da “invasão das grandes potências” e do terrorismo. Hassan sublinhou que “queira ou não”, o país defenderá o “povo oprimido” do Iêmen, da Síria e da Palestina.

O novo míssil balístico Khorranshahr, o terceiro iraniano do tipo, é capaz de transportar várias ogivas, explicou



Míssil lançado com êxito tem alcance de 2000 km

o comandante superior das Forças Aeroespaciais da Guarda Revolucionária Islâmica, Amir Ali Hajizadeh, frisando que a nova arma é “menor e mais tática”.

Respondendo aos chifres de Trump, que

acusou o país persa de “ditadura corrupta” e de “Estado canalha” que exporta violência, o presidente iraniano disse que se os Estados Unidos abandonarem o acordo nuclear “destruirá sua credibilidade”